

VLI Multimodal S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro 2018 e 2017**

Índice

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	4
Balanço patrimonial.....	10
Demonstração do resultado	11
Demonstração do resultado abrangente	12
Demonstração da mutação no patrimônio líquido.....	13
Demonstração dos fluxos de caixa	14
Demonstração do valor adicionado	15
1 - Contexto operacional.....	16
2 - Base de preparação das demonstrações financeiras	20
3 - Estimativas, premissas e julgamentos contábeis críticos.....	24
4 - Principais políticas contábeis.....	26
5 - Caixa e equivalentes de caixa	37
6 - Contas a receber	37
7 - Estoques.....	38
8 - Partes relacionadas	38
9 - Tributos antecipados sobre o lucro e tributos a recuperar.....	40
10 - Dividendos a receber	40
11 - Despesas pagas antecipadamente.....	40
12 - Sinistros a recuperar e demais ativos	41
13 - Depósitos judiciais e provisão para processos judiciais.....	41
14 - Investimentos.....	43
15 - Imobilizado.....	45
16 - Intangível	46
17 - Fornecedores e Contas a pagar	48
18 - Empréstimos, financiamentos e debêntures	49
19 - Tributos a recolher e tributos a recolher sobre o lucro	52
20 - Obrigações sociais e trabalhistas	53
21 - Dividendos propostos.....	53
22 - Adiantamentos para futuro aumento de capital	53
23 - Patrimônio líquido	53
24 - Receitas líquida dos serviços prestados.....	55
25 - Custo dos serviços prestados	55
26 - Receitas (despesas) operacionais.....	56
27 - Resultado financeiro	57
28 - Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	58
29 - Informação por segmento de negócios.....	60
30 - Benefícios a empregados.....	61
31 - Instrumentos financeiros	63
Administração e Diretores	69

Relatório da Administração

A Administração da VLI Multimodal S.A., em cumprimento as suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e estatutários vigentes, apresenta a V.Sas. as Demonstrações financeiras acompanhadas das respectivas notas explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

A Administração.

1. Síntese do Resultado 2018

- A Receita líquida da VLI Multimodal fechou o ano de 2018 em R\$ 2.451 milhões, um aumento de 3,7% em relação ao ano anterior.
- Lucro líquido de R\$ 419 milhões em 2018, crescimento de 34,2% em relação a 2017.
- Geração de caixa medida pelo EBITDA de R\$ 984 milhões.
- Faturamento de 17.353 milhões de TKU na ferrovia e 28.895 mil de TU nos portos.

O resultado da VLI Multimodal foi beneficiado pelo maior volume movimentado de soja em 2018, que superou impactos de externalidades como a greve dos caminhoneiros, quebra safra do milho na área de influência da companhia e redução na produção de açúcar.

2. Investimentos

Em 2018, a VLI Multimodal alocou recursos principalmente na expansão da capacidade e na manutenção, renovação e modernização dos ativos operacionais.

3. Auditores Independentes

A política de atuação da Companhia na contratação de serviços adicionais à auditoria externa junto aos atuais auditores independentes da Companhia se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente. Esses princípios consistem, de acordo com princípios internacionalmente aceitos: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. A contratação dos nossos auditores independentes foi aprovada por nosso Conselho de Administração, sendo que os serviços por eles prestados referem-se exclusivamente à auditoria das demonstrações financeiras.

Belo Horizonte, 8 de março de 2019.

A Administração



KPMG Auditores Independentes
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
VLI Multimodal S.A.
Belo Horizonte – MG

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da VLI Multimodal S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da VLI Multimodal S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na nota explicativa nº 14 às demonstrações financeiras, o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 apresenta na rubrica de investimentos o montante de R\$ 8.476.996 mil dos quais R\$ 88.208 mil referem-se a crédito reconhecido em função da ação judicial para exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS pagos pela controlada da Companhia no período de 2002 a 2017. De acordo com CPC 25/IAS 37, um ativo somente pode ser reconhecido nas demonstrações financeiras, quando for praticamente certo que ocorrerá a entrada de benefícios econômicos. Considerando que a controlada da Companhia registrou demanda baseada apenas no Recurso Extraordinário julgado pelo Supremo Tribunal Federal – STF em 2017, sem decisão transitado em julgado, o critério para o reconhecimento contábil desse ativo não é atendido. Consequentemente, o investimento em 31 de dezembro de 2018 está apresentado a maior em R\$ 88.208 mil, o lucro líquido do exercício e patrimônio líquido a maior em R\$ 88.208 mil.



Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros Assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Em decorrência do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, concluímos que as outras informações também apresentam distorção relevante pela mesma razão com relação aos valores e outros aspectos descritos na referida seção.

Ênfase - Efeitos da resolução 4.131 - ANTT

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), por meio da resolução 4.131 de 3 de julho de 2013, alterada pelas resoluções 4.160, 4.750 e 5.101 e da Deliberação 29, de 21 de janeiro de 2016, definiu as diretrizes de contabilização decorrente da desativação e devolução de trechos “antieconômicos” que compõem a malha ferroviária sob a concessão atual da controlada Ferrovia Centro Atlântica S.A. De acordo com a referida deliberação, parte das possíveis

mutações patrimoniais relacionada à transferência de propriedade do bem dado em pagamento em decorrência deste assunto, somente terá sua cessão permitida após elaboração de instrumentos jurídicos, que não ocorreram até a conclusão dos nossos trabalhos. Os efeitos desse assunto sobre as demonstrações financeiras ocorrerão quando da aprovação dos projetos e dos respectivos cronogramas pelo Poder Concedente. Nossa opinião não está, adicionalmente, ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase - Isenção de apresentação de demonstrações financeiras consolidadas

Conforme mencionado na nota explicativa 4 (a), utilizando-se da isenção de apresentação de demonstrações financeiras consolidadas, conforme item 4a(iv) do CPC 36 – Demonstrações Consolidadas, a Companhia não está apresentando os valores referentes as suas controladas Ferrovia Norte Sul S.A., Ferrovia Centro Atlântica S.A., Ultrafertil S.A., VLI Locação de Locomotivas Ltda. e VLI Soluções S.A., uma vez que a controladora final da Companhia, VLI S.A., está elaborando um conjunto completo de demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as referidas controladas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB. Nossa opinião não está, adicionalmente, ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Investimentos em empresas controladas avaliadas pelo Método da Equivalência patrimonial

Veja a nota 14 das demonstrações financeiras.

A Companhia detém participações societárias em controladas cujos investimentos são mensurados pelo método de equivalência patrimonial. Essas controladas possuem saldos e transações sujeitos a estimativas contábeis que requerem o exercício de julgamento relevante pela Companhia, e que podem afetar o resultado da Companhia de forma relevante, como descrito a seguir:

- Gastos com ativo imobilizado e intangível já que envolvem alto grau de julgamento exercido pelas suas controladas Ferrovia Centro Atlântica S.A. e Ferrovia Norte Sul S.A. para: (i) definir e alocar dos gastos entre imobilizado (quando ocorre aquisição ou investimentos próprios), intangível (quando ocorre manutenção ou investimentos vinculados à concessão ou subconcessão) ou resultado (quando relativos a gastos com manutenção que não altera a vida útil do bem), e para (ii) a determinar o momento de transferência dos projetos em andamento para a conta contábil definitiva, o que é crucial para a determinação do início da depreciação/amortização.
- Processo de determinação das estimativas de fluxos de caixa futuros e seu desconto, que são base para avaliação do valor recuperável do ativo imobilizado e intangível para a controlada Ferrovia Centro Atlântica S.A. e do imobilizado da controlada Ultrafertil S.A.



e o impacto que eventuais mudanças nas premissas usadas na mensuração desse valor teriam nas demonstrações financeiras dessas controladas. Devido à relevância e ao alto grau de julgamento envolvido no processo de determinação das estimativas de geração de caixa das unidades geradoras de caixa para fins de avaliação do valor recuperável de tais ativos, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

- Reconhecimento e mensuração das provisões e a divulgação dos passivos contingentes relativos a processos judiciais e administrativos é necessário o exercício de julgamento significativo para avaliar se os critérios para o reconhecimento contábil de provisão e respectivas divulgações são atendidas, nas demonstrações financeiras da controlada Ferrovia Centro Atlântica S.A.

Devido ao descrito acima e pela relevância desses investimentos e do resultado de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da Companhia, consideramos que este assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Como parte dos nossos procedimentos nas investidas avaliamos a documentação sobre o desenho e efetividade operacional dos controles internos relevantes descritos nos relatórios emitidos sobre as demonstrações financeiras de cada empresa investida. Os Principais Assuntos de Auditoria reportados nos relatórios das controladas envolvem essencialmente, os riscos indicados acima. Para esses riscos de distorção relevante das investidas, os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação das evidências de auditoria obtidas e a documentação dos especialistas envolvidos na auditoria e análise dos procedimentos realizados e das conclusões obtidas, especificamente a determinação da materialidade, o efeito de distorções não corrigidas e os procedimentos de auditoria executados para responder aos riscos destacados acima. Avaliamos também as divulgações feitas nas demonstrações financeiras.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que o valor do investimento e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis da Companhia ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 08 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Marco Túlio Fernandes Ferreira
Contador CRC MG-058176/O-0

VLI MULTIMODAL S.A.

Balanço patrimonial Em milhares de reais

	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.350.656	1.195.459
Contas a receber	6	374.296	307.432
Outros ativos financeiros	31	-	31
Estoques	7	23.639	14.887
Tributos a recuperar	9	165.232	96.122
Despesas pagas antecipadamente	11	6.132	6.726
Dividendos a receber	10	72.806	57.118
Sinistros a recuperar	12	61	-
Demais ativos	12	15.143	10.172
Total do ativo circulante		2.007.965	1.687.947
Não circulante			
Contas a receber	6	19.271	1.853
Outros ativos financeiros	31	71.493	-
Despesas pagas antecipadamente	11	3.210	3.210
Tributos a recuperar	9	294.522	233.901
Sinistros a recuperar	12	41.496	41.732
Demais ativos	12	10.998	1.643
Depósitos judiciais	13	2.604	2.186
Adiantamento para futuro aumento de capital	8 e 22	500.000	79.978
Tributos diferidos sobre o lucro	28(a)	16.277	16.307
Investimentos	14	8.476.996	8.095.180
Total do ativo não circulante		13.069.496	12.037.561
Total do ativo		15.077.461	13.725.508
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	17	260.456	205.460
Contas a pagar	17	27.680	2.964
Empréstimos e financiamentos	18	1.130.857	331.127
Debêntures	18	12.281	11.658
Antecipações de clientes		1.124	344
Outros passivos financeiros	31	-	4.998
Tributos a recolher	19	21.488	20.870
Tributos a recolher sobre o lucro	19	-	18.848
Receitas diferidas		9.462	-
Obrigações sociais e trabalhistas	20	46.434	50.596
Dividendos a pagar	21	199.681	174.182
Provisões operacionais		10.000	10.925
Total do passivo circulante		1.719.463	831.972
Não circulante			
Fornecedores	17	9.544	8.586
Empréstimos e financiamentos	18	3.607.822	3.530.402
Debêntures	18	463.751	444.114
Receitas diferidas		62.843	-
Provisão para processos judiciais	13	604	112
Benefícios a empregados	30.1	57.554	51.560
Total do passivo não circulante		4.202.118	4.034.774
Patrimônio líquido			
Capital social	23	8.238.854	8.238.854
Ajustes de avaliação patrimonial		(49.584)	(27.527)
Reservas de lucros		966.610	647.435
Total do patrimônio líquido		9.155.880	8.858.762
Total do passivo e patrimônio líquido		15.077.461	13.725.508

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

VLI MULTIMODAL S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receita líquida dos serviços prestados	24	2.450.658	2.363.774
Custo dos serviços prestados	25	<u>(2.165.641)</u>	<u>(2.130.896)</u>
Lucro bruto		<u>285.017</u>	<u>232.878</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Com vendas	26(a)	(13.455)	(12.525)
Gerais e administrativas	26(b)	(185.419)	(140.877)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26(c)	200.265	245.644
Perdas líquidas sobre ativos financeiros e de contratos		<u>(1.370)</u>	<u>(3.527)</u>
		<u>21</u>	<u>88.715</u>
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		<u>285.038</u>	<u>321.593</u>
Resultado de equivalência patrimonial	14	<u>423.508</u>	<u>261.733</u>
Resultado financeiro	27	<u>(289.927)</u>	<u>(239.409)</u>
Receitas financeiras		142.821	43.956
Despesas financeiras		(363.938)	(290.003)
Ganhos (perdas) com variação monetária e cambial		<u>(68.810)</u>	<u>6.638</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>418.619</u>	<u>343.917</u>
Imposto de renda e contribuição social	28(b)	<u>(30)</u>	<u>(32.108)</u>
Tributos correntes		-	(40.231)
Tributos diferidos		(30)	7.564
Incentivos fiscais		-	559
Lucro líquido do exercício		<u>418.589</u>	<u>311.809</u>
Lucro líquido do exercício básico e diluído por ação - R\$	23(d)	0,0011	0,00082

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

VLI MULTIMODAL S.A.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro líquido do exercício	<u>418.589</u>	<u>311.809</u>
Outros componentes do resultado abrangente		
Itens que não serão reclassificados para o resultado		
Ajustes em participação societária (Nota 23(b))	-	(6.908)
Remensuração de obrigações de benefícios (Nota 23(b))	<u>(22.057)</u>	<u>-</u>
	<u>396.532</u>	<u>304.901</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

VLI MULTIMODAL S.A.

Demonstração do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Capital social	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de expansão	Reserva de incentivos fiscais			
Em 1º de janeiro de 2017	8.238.854	35.222	474.140	434	(20.619)	-	8.728.031
Resultado abrangente do exercício							
Lucro líquido de exercício	-	-	-	-	-	311.809	311.809
Outros resultados abrangentes							
Ajustes em participação societária (Nota 23(b))	-	-	-	-	(6.908)	-	(6.908)
Total do resultado abrangente					(6.908)	311.809	304.901
Contribuição de acionistas e distribuição aos acionistas							
Constituição de reservas	-	15.590	221.745	559	-	(237.894)	-
Realização de reserva de incentivo fiscal	-	-	411	(411)	-	-	-
Dividendos mínimos (Nota 21)	-	-	-	-	-	(73.915)	(73.915)
Dividendos adicionais	-	-	(100.255)	-	-	-	(100.255)
Em 31 de dezembro de 2017	8.238.854	50.812	596.041	582	(27.527)	-	8.858.762
Em 1º de janeiro de 2018	8.238.854	50.812	596.041	582	(27.527)	-	8.858.762
Resultado abrangente do exercício							
Lucro líquido de exercício	-	-	-	-	-	418.589	418.589
Outros resultados abrangentes – reflexos de controladas							
Remensuração de obrigações de benefícios (Nota 23(b))	-	-	-	-	(22.057)	-	(22.057)
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	(22.057)	418.589	396.532
Contribuição de acionistas e distribuição aos acionistas							
Constituição de reservas	-	20.930	298.245	-	-	(319.175)	-
Dividendos mínimos (Nota 21)	-	-	-	-	-	(99.414)	(99.414)
Em 31 de dezembro de 2018	8.238.854	71.742	894.286	582	(49.584)	-	9.155.880

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

VLI MULTIMODAL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		418.589	311.809
Ajustes			
Resultado de equivalência patrimonial	14	(423.508)	(261.733)
Depreciação e amortização	15 e 16	699.164	680.841
Provisões para perdas e processos judiciais	26(c) e 27	2.797	3.617
Resultado de operação de <i>hedge</i> (variação cambial, marcação a mercado de <i>swap</i> e objeto de <i>hedge</i>)	27	50.152	4.998
Perdas (ganhos) com variação monetária e cambial		(4.932)	(6.638)
(Ganho) perda na alienação de imobilizado	26(c)	(8.217)	2.252
Receitas diferidas		(59)	-
Ajuste a valor presente de contas a pagar		521	(1.869)
Despesas com obrigação de benefícios		6.257	21.497
Tributos diferidos sobre o lucro	28(b)	30	(7.564)
Despesas financeiras - juros sobre empréstimos	18 e 27	294.502	277.687
Despesas financeiras – custos de transação	18 e 27	7.964	-
Ganho na aquisição de participação societária	1(a) e 26(c)	(27.675)	-
		1.015.585	1.024.897
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber		(87.120)	(65.605)
Estoques		(8.752)	(12.077)
Tributos a recuperar		(2.242)	(8.863)
Tributos antecipados sobre o lucro		19.191	-
Despesas pagas antecipadamente		-	7.688
Depósitos judiciais		(263)	(409)
Sinistros a recuperar		175	401
Demais ativos		(13.726)	1.539
Fornecedores		56.162	(152.709)
Contas a pagar		24.692	(44.008)
Outros passivos financeiros		(16.209)	-
Tributos a recolher		605	8.137
Tributos a recolher sobre o lucro		(18.848)	18.848
Obrigações sociais e trabalhistas		(4.162)	33.484
Benefícios a empregados		(263)	(952)
Antecipações de clientes		-	(130)
Receitas diferidas		72.306	-
Demais passivos		(1.241)	(50)
		1.035.890	810.191
Caixa líquido gerado pelas operações			
Imposto de renda e contribuição social pagos		(19.191)	-
		1.016.699	810.191
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Recebimento pela alienação de imobilizado e intangível		9.750	-
Aquisição de imobilizado e intangível	15 e 16	(865.388)	(616.288)
Aquisição de controlada, líquida do caixa adquirido	1(a)	(10.000)	-
Adiantamentos para futuro aumento de capital	22	(500.000)	(232.958)
Dividendos recebidos		96.096	167.018
		(1.269.542)	(682.228)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos com instituições financeiras	18.2	1.072.847	1.556.119
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	18.2	(321.287)	(375.441)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	18.2	(265.700)	(244.996)
Pagamento de imposto de renda sobre empréstimos	18.2	(3.905)	-
Dividendos pagos		(73.915)	(153.118)
		408.040	782.564
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento			
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	1.195.459	284.932
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	1.350.656	1.195.459

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

VLI MULTIMODAL S.A

Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receitas		
Vendas brutas de serviços	2.814.605	2.718.313
Outras receitas	276.706	344.788
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – reversão / constituição	<u>(2.305)</u>	<u>(3.527)</u>
	<u>3.089.006</u>	<u>3.059.574</u>
Menos: Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	(434.032)	(441.179)
Serviços contratados	(1.194.610)	(1.079.909)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(160.218)	(253.409)
Provisão para perda, processos judiciais, líquida de reversões	(492)	(125)
Outros	<u>(26.467)</u>	<u>(20.370)</u>
	<u>(1.815.819)</u>	<u>(1.794.992)</u>
Valor adicionado bruto	<u>1.273.187</u>	<u>1.264.582</u>
Depreciação e amortização	<u>(699.164)</u>	<u>(680.841)</u>
Valor adicionado líquido produzido	<u>574.023</u>	<u>583.741</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Resultado de participações societárias	423.508	261.733
Receitas financeiras e variações cambiais	<u>295.891</u>	<u>53.273</u>
	<u>719.399</u>	<u>315.006</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u><u>1.293.422</u></u>	<u><u>898.747</u></u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	163.943	166.220
Impostos, taxas e contribuições	128.741	130.331
Remuneração de capitais de terceiros	582.149	290.387
Remuneração de capital próprio	<u>418.589</u>	<u>311.809</u>
Valor adicionado distribuído	<u><u>1.293.422</u></u>	<u><u>898.747</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 - Contexto operacional

A VLI Multimodal S.A. é uma sociedade anônima, (doravante denominada “Companhia” ou “VLI Multi”) com sede na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, é controlada pela VLI S.A. (“VLI”) e tem por objeto social as seguintes atividades:

- (a) Prestação de serviços de transporte integrado de cargas através dos modais ferroviário e rodoviário, dentre outros, isoladamente ou combinados entre si de forma intermodal ou multimodal, inclusive atuando como operador de transporte multimodal - OTM;
- (b) Construção, conservação, manutenção e monitoramento, operação e exploração de ferrovias e;
- (c) exploração de atividades relacionadas direta ou indiretamente a serviços de transporte de carga, tais como: carga, descarga e transbordo, gestão e administração de terminais rodoviários e ferroviários, permitindo a movimentação e armazenagem de mercadorias e contêineres, agenciamento de cargas, incluindo a contratação de espaço para embarques rodoviários, ferroviários, marítimos e portuários, projetos logísticos para o transporte de carga, transporte rodoviário de carga de produtos perigosos ou não.

A Companhia poderá exercer outras atividades que, direta ou indiretamente, contribuam para a realização plena de seu objeto social, podendo ainda participar, sob qualquer modalidade, de outros empreendimentos.

A VLI Multimodal S.A. iniciou suas atividades operacionais em maio de 2011. Em 30 de novembro de 2011, a Vale Operações Ferroviárias S.A. passou a denominar-se VLI Multimodal S.A.

As participações diretas da VLI Multi são:

	Participações diretas	
	31/12/2018	31/12/2017
Controladas diretas		
Ferrovias Centro-Atlântica S.A. (“FCA”)	99,99%	99,99%
Ferrovias Norte Sul S.A. (“FNS”)	100,00%	100,00%
Ultrafértil S.A. (“Ultrafértil”)	82,89%	82,89%
VLI Soluções S.A. (“VLI Sol”)	99,99%	99,99%
VLI Locações de Locomotivas Ltda. (“VLILL”)	100,00%	-

Ferrovias Centro-Atlântica S.A. - Controlada

A FCA é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade de Belo Horizonte (MG), tem por objeto social principal a prestação de serviços de transporte ferroviário, a exploração de serviços de carga, descarga, armazenagem, transbordo e atuação como operador portuário. A FCA é controlada direta da VLI Multi, que detém 99,99% de seu capital social.

De acordo com o contrato celebrado com a União, através do Ministério dos Transportes, em 28 de agosto de 1996, a FCA obteve a concessão para a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Centro-Leste, conforme processo de privatização da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA (doravante “RFFSA”), até agosto de 2026 podendo ser renovada por mais 30 anos, determinado pelo Edital nº A-3, de 28 de março de 1996, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para atender ao Programa Nacional de Desestatização.

Concomitantemente, a FCA celebrou, em 28 de agosto de 1996, contrato com a RFFSA para arrendamento dos bens operacionais vinculados à prestação do serviço de transporte de cargas da Malha Centro-Leste, até agosto de 2026 renovável por mais 30 anos.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Adicionalmente, em 28 de junho de 2005, a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT (doravante denominada "ANTT") autorizou a cisão parcial de ativos da concessão e arrendamento da Ferrovias Bandeirantes S.A. - Ferroban (doravante denominada "Ferroban"), que compreende a operação do trecho ferroviário entre os municípios de Araguari - MG e Boa Vista Nova - SP, denominado Malha Paulista. No exercício de 2005, a Companhia incorporou ao ativo imobilizado os bens relacionados ao referido trecho, bem como o montante pago à Ferroban relativo ao direito de exploração da Malha Paulista. A FCA vinha operando este trecho desde 2002, através de acordo operacional com a Ferroban.

Foi anunciada no dia 3 de julho de 2013, pelo Governo Federal, a Resolução Nº 4.131 da ANTT, que autoriza a FCA a proceder com a desativação e devolução de trechos ferroviários. A FCA devolveria um total de 13 trechos entre eles: 7 considerados antieconômicos e 6 trechos ferroviários viáveis. Em maio de 2016, através da resolução 5101, a ANTT revogou a devolução dos trechos economicamente viáveis. A ANTT estabelecerá valor máximo de dispêndio anual com os investimentos nos trechos remanescentes, de maneira a garantir a estabilidade econômico-financeira da concessão.

Os trechos antieconômicos foram devolvidos, em 2014, em conformidade com ANTT e os trechos viáveis economicamente serão desativados somente após a realização de novas licitações. Os trechos envolvidos conforme a resolução são os seguintes:

I – Trechos antieconômicos:	II – Trechos viáveis:
1. Paripe (BA) – Mapele (BA);	1. Alagoinhas (BA) – Juazeiro (BA);
2. Ramal do Porto de Salvador;	2. Alagoinhas (BA) – Propriá (SE);
3. General Carneiro (MG) a partir do km 588+600 – Miguel Burnier (MG);	3. Cachoeiro de Itapemirim (ES) – Vitória (ES);
4. Barão de Camargos (MG) – Lafaiete Bandeira (MG);	4. Barão de Angra (RJ) – Campos dos Goytacazes (RJ) – Cachoeiro de Itapemirim (ES), incluindo trecho Recreio – Cataguases;
5. Biagópolis (SP) – Itaú (MG);	5. Visconde de Itaboraí (RJ) – Campos dos Goytacazes (RJ);
6. Ribeirão Preto (SP) – Passagem (SP); e	6. Corinto (MG) a partir do Km 856+100 – Alagoinhas (BA);
7. Barão de Angra (RJ) – São Bento (RJ).	

Ferrovia Norte Sul S.A. - Controlada

A FNS é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída em Assembleia Geral realizada em 7 de dezembro de 2007. Foi registrada na Junta Comercial do Estado do Maranhão - JUCEMA em 14 de dezembro de 2007, sendo regida por Estatuto Social, pela Lei das Sociedades por Ações, pela Lei de Concessões e Permissões de Serviços Públicos e demais leis e regulamentos aplicáveis. A FNS tem sede na Cidade de São Luís (MA) e prazo indeterminado de duração, que não pode ser inferior ao prazo de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Subconcessão, com duração de 30 anos.

A FNS tem como objeto social realizar a exploração do transporte ferroviário de carga, compreendendo: operação, conservação, manutenção, monitoração, melhoramentos e adequação do trecho ferroviário, sob o regime de contrato de subconcessão. Este contrato foi celebrado entre a FNS e a VALEC - Engenharia Construções e Ferrovias S.A. ("VALEC"), sociedade por ações controlada pela União Federal e supervisionada pelo Ministério dos Transportes, para operar o trecho de 720 quilômetros de extensão, entre Açailândia (MA) e Palmas (TO).

Em 29 de dezembro de 2015, a VLI Multimodal S.A. assumiu integralmente o controle acionário da Ferrovia Norte Sul S.A. mediante conferência ao capital social da VLI Multimodal S.A. pela VLI S.A. de 357.565.023 (trezentas e cinquenta sete milhões, quinhentas sessenta cinco mil e vinte três) ações ordinárias de emissão da Ferrovia Norte Sul S.A. e de propriedade da VLI S.A., para integralização de 18.524.575.139 (dezoito bilhões, quinhentas vinte quatro milhões, quinhentas e setenta e cinco mil e cento e trinta nove) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da VLI Multimodal S.A. emitidas na Assembleia Geral Extraordinária de 29 de dezembro de 2015.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consórcio TMIB (“TMIB”)

Em 15 de março de 2013 foi celebrado um contrato, entre a Petróleo Brasileiro S.A. - “Petrobras” e a VLI Multimoda S.A. (anteriormente VLI Operações Portuárias S.A.), que teve por objeto a constituição de um Consórcio através da união de ativos, recursos técnicos, humanos e financeiros das consorciadas, visando a operação comercial do Terminal Marítimo Inácio Barbosa - TMIB.

O TMIB é um terminal portuário privativo de uso misto, localizado no km 22 da Rodovia SE 226, no Estado de Sergipe, de propriedade da Petrobras, cujo a execução do serviço de operação encontra-se sob a responsabilidade da Vale S.A. conforme contrato operacional datado de 13 de dezembro de 2004.

Ultrafertil S.A. – Controlada

A Ultrafertil S.A. é uma Companhia operacional que tem por atividades principais a manutenção, exploração, operação e gestão de instalação portuária de uso privado, utilizadas na movimentação e/ou armazenamento de carga própria e de terceiros destinadas ou provenientes de transporte aquaviário, e de demais atividades previstas ou permitidas ao explorador de instalação portuária de uso privado misto. Constituída como uma “Sociedade Anônima” domiciliada no Brasil, com sede no município de Belo Horizonte (MG), as ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores.

Incorporação societária reversa da TUF Empreendimentos e Participações S.A. (TUF)

A partir de 29 de dezembro de 2017, como resultado da incorporação societária e com a consequente extinção da TUF Empreendimentos e Participações S.A., todas as operações e atividades foram transferidas para a Ultrafertil S.A., que passou a suceder a TUF em todos os seus direitos e obrigações sem qualquer solução de continuidade.

As acionistas da incorporada, em substituição às ações por elas detidas na TUF Empreendimentos e Participações S.A., receberam novas ações na mesma proporção das respectivas participações na incorporada. A relação de substituição de ações da Ultrafertil S.A. será de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal para cada ação ordinária nominativa e sem valor nominal da incorporada, conforme premissas detalhadas no Protocolo de Incorporação, e mantidas as atuais proporções de participação no capital social.

Ultrafertil S.A. - Quadro societário após a Incorporação			
Acionista	Quantidade de ações	Valor	Participação - %
Mosaic Fertilizantes P&K Ltda. (anteriormente Vale Fertilizantes S.A.)	680.293	209.071	17,11%
VLI Multimodal S.A.	3.295.016	1.012.850	82,89%
	3.975.309	1.221.921	100%

A incorporação faz parte de um processo de reorganização societária e de negócios envolvendo o grupo econômico da Incorporada e da Incorporadora, bem como a Vale Fertilizantes S.A., que tem como finalidade:

- (i) Adequar a estrutura jurídica que envolve a gestão e a operação do TIPLAM à atual realidade, aproximando as atividades da Incorporadora à holding que a controla indiretamente, a VLI S.A.;
- (ii) racionalizar a estrutura jurídica com a eliminação dos processos e órgãos em duplicidade (diretoria, comitês, conselho de administração e assembleia), o que representará eficiência administrativa e operacional para a Incorporadora e para seu grupo econômico, com a consequente redução e otimização de custos e despesas, e racionalização de seus processos, inclusive em relação à elaboração e arquivamento de atos societários, contratação de despachantes e publicações de atos e demonstrações financeiras; e

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Consolidar em uma única sociedade os recursos empresariais e patrimônios das Sociedades, permitindo, assim, uma melhor gestão de operações, ativos e fluxos de caixa das empresas, e, via de consequência, trazendo maiores benefícios para as atividades sócias desempenhadas.

Incorporação em dezembro de 2017	Parcela da Incorporação
Ativo incorporados	1.689.056
Passivo assumidos	(139.803)
Ativos líquidos (Patrimônio líquido)	1.549.253

Balço Patrimonial da TUF Empreendimentos e Participações S.A. - Base Incorporação

	31/10/2017
Ativo	
Não circulante	
Adiantamento para futuro aumento de capital	140.000
Investimento	
Participação Societária	1.233.094
Ágio	315.962
	1.689.056
Total do ativo	1.689.056

	31/10/2017
Passivo e patrimônio líquido	
Não circulante	
Adiantamento para futuro aumento de capital	139.803
	139.803
Patrimônio líquido	
Capital social	1.453.366
Ajuste de avaliação Patrimonial	3.102
Reservas de lucros	102.454
Prejuízos acumulados	(9.669)
Total do patrimônio líquido	1.549.253
Total do passivo e patrimônio líquido	1.689.056

VLI Locações de Locomotivas Ltda. – Controlada

Em 7 de março 2018, a VLI Multi adquiriu 87.300.000 (oitenta e sete milhões e trezentas mil) quotas, representando 100% das quotas de participação da VLILL. A empresa é uma sociedade limitada com sede em Belo Horizonte, estado de Minas Gerais foi fundada em 16 de setembro de 2014 e tem por objeto social a atividade de locação de locomotivas e o transporte ferroviário interurbano, intermunicipal e interestadual de cargas.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Aquisição VLILL

A aquisição faz parte do planejamento do negócio da VLI Multi em busca de melhor retorno às suas operações visando a continuidade da mesma.

A VLI Multi adquiriu as quotas pelo preço total de R\$ 10.000 mil referente a esta aquisição. O valor do acervo líquido da controlada VLILL, avaliado na data-base de 31 de dezembro de 2017, foi de R\$ 12.172, tendo gerando, portanto, lucros na aquisição de R\$ 2.172. O acervo líquido é composto como segue:

	<u>31/12/2017</u>
Ativo	
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	114.990
Contas a receber	22.705
Tributos a recuperar	40.506
Não circulante	
Tributos a recuperar	22.122
Imobilizado	702.641
Total do ativo	<u>902.964</u>
Passivo e patrimônio Líquido	
Circulante	
Fornecedores	23
Empréstimos e financiamentos	120.987
Tributos a recolher	1.206
Não circulante	
Empréstimos e financiamentos	734.451
Dividendos a pagar	24.600
Receita diferida	9.525
Patrimônio líquido	
Capital social	10.000
Reserva legal	1.339
Lucros acumulados	833
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>902.964</u>

No período findo em 30 de junho de 2018, a Companhia finalizou a análise da alocação do valor justo do preço de compra ("PPA") da VLILL, conforme requerido pelo CPC 15 (R1) – "Combinação de negócios". Esta análise resultou no registro de R\$ 25.503 a título de valorização de carteira de clientes.

VLI Soluções S.A. – Controlada

A VLI Soluções S.A. foi constituída em 21 de fevereiro de 2011, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro. A Companhia controlada pela VLI S.A. tem por objeto social, dentre outros, exploração de atividades relacionadas direta ou indiretamente a serviços de transporte e movimentação de carga, bem como construção, operação e exploração de terminais marítimos próprios ou de terceiros.

A Companhia encontra-se atualmente em estado dormente.

2 - Base de preparação das demonstrações financeiras

(a) Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normais internacionais de relatórios financeiros ("IFRS"), emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, implementados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras Anuais.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 8 de março de 2019, as quais serão submetidas para aprovação em Assembleia Geral Ordinária.

(b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros e derivativos designados e mensurados pelo valor justo.

(c) Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

(i) CPC 06 (R2) / IFRS 16 – “Leases (Arrendamentos)”

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) – “Operações de Arrendamento Mercantil” e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) – “Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil”.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

Além disso, a natureza das despesas relacionadas aos antigos contratos de arrendamento serão alteradas. A IFRS 16 substituirá a despesa linear de arrendamento operacional com um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

Transição

A Companhia pretende aplicar a IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção da IFRS 16 será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

A Companhia adotará a norma para contratos que foram anteriormente identificados como arrendamentos que utilizam o CPC 06 (R1) e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Portanto, a Companhia não aplicará a norma a contratos que não tenham sido previamente identificados como contratos que contenham um arrendamento nos termos do CPC 06 (R1) e o ICPC 03.

A Companhia utilizará as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de baixo valor. A Companhia possui arrendamentos de determinados equipamentos de escritório (como computadores pessoais, impressoras e copiadoras) que são considerados de baixo valor.

A partir da implantação da norma de contratos de arrendamentos a Companhia passará a apresentar e divulgar, separadamente, em nota explicativa todos os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento, bem como as despesas de juros sobre e amortização de tais ativos e passivos.

Na demonstração do fluxo de caixa os pagamentos de principal e juros serão classificados e divulgados separadamente.

A partir de 2019, a Companhia passará a divulgar em notas explicativas específicas as seguintes informações:

- encargos de amortização para ativos de direito de uso por classe de ativo subjacente;
- despesas de juros sobre passivos de arrendamento;
- despesas referentes a arrendamentos de curto prazo;
- saídas de caixa com o total de pagamentos efetivados de arrendamentos;
- adições de caixa com aquisições de direitos de uso;
- valor contábil de ativos de direito de uso ao final do período por classe de ativo subjacente.

Durante 2018, a Companhia efetuou uma avaliação detalhada do impacto do CPC 06 (R2) que foi embasada em taxa incremental de 9,29% para contratos de terceiros. Em suma, espera-se que o impacto da adoção do CPC 06 (R2) seja o seguinte:

A Companhia espera reconhecer em 1º de janeiro de 2019 ativos de direito de uso na faixa de R\$ 722.802 a R\$ 883.425; tributos a recuperar na faixa de R\$ 73.674 a R\$ 90.046; e passivos de arrendamento na faixa de R\$ 796.477 a R\$ 973.471.

Devido à adoção do CPC 06 (R2), o lucro antes das receitas e despesas financeiras da Companhia melhorará, e sua despesa com juros aumentará. Isso se deve à mudança na contabilização de despesas com arrendamentos que foram classificados como arrendamentos operacionais conforme o CPC 06 (R1).

(ii) As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- IFRIC 23 / ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro;
- Características de pré-pagamento com remuneração negativa (alterações na IFRS 9);
- Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto (Alterações no CPC 18 (R2) / IAS 28);
- Alterações no plano, reduções ou liquidação do plano (alterações no CPC 33 / IAS 19);
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas;
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

(d) Mudança nas políticas contábeis e divulgações

Alterações adotadas pela Companhia

A seguir indicamos as alterações de normas que foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018.

A Companhia adotou inicialmente o CPC 47 / IFRS 15 – “Receitas de Contratos com Clientes” (vide “i”) e o CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros (vide “ii”) a partir de 1º de janeiro de 2018. As demais alterações não tiveram impactos materiais para a Companhia.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

i. CPC 47 / IFRS 15 – “Receita de contrato com cliente”

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. Substitui o CPC 30 / IAS 18 – “Receitas”, o CPC 17 / IAS 11 - “Contratos de Construção” e interpretações relacionadas.

A Companhia adotou o CPC 47 / IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com efeito de adoção inicial da norma reconhecida na data da aplicação inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada e, desta forma, foi apresentada conforme reportado anteriormente de acordo com o CPC 30 / IAS 18, CPC 17 / IAS 11 e interpretações relacionadas.

A Companhia não identificou impacto da transição para o CPC 47 / IFRS 15 sobre lucros acumulados e outros resultados abrangentes em 1º de janeiro de 2018.

ii. CPC 48 / IFRS 9 – “Instrumentos financeiros”

O CPC 48 / IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 – “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”.

Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 / IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 / IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A adoção do CPC 48 / IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativo. O impacto do CPC 48 / IFRS 9 na classificação e mensuração de ativos financeiros está descrito abaixo.

	<u>Classificação original – CPC 38 / IFRS 9</u>	<u>Nova classificação – CPC 48 / IFRS 9</u>	<u>Saldo em 31/12/2017 (inalterado)</u>
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	1.195.459
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	309.285
Dividendos a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	57.118
Demais ativos e sinistros a recuperar	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	53.547
Adiantamento para futuro aumento de capital			79.978
			<u>1.695.387</u>
Forneecedores	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	214.046
Contas a pagar	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	2.964
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	3.861.529
Debêntures	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	455.772
Dividendos a pagar	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	174.182
Outros passivos financeiros (<i>Swap</i>)	Valor justo – instrumento de <i>hedge</i>	Valor justo – instrumento de <i>hedge</i>	4.998
			<u>4.713.491</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Impairment de ativos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de “perda incorrida” do CPC 38 / IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações). De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que de acordo com o CPC 38 / IAS 39.

Mensuração de perdas de crédito esperadas

A Companhia mensura a perda de crédito esperada de modo que reflita entre outras as condições atuais e previsões de condições econômica futuras. Desse modo, através da análise histórica que considera agrupamentos apropriados de acordo com a experiência de perda de crédito histórica, calcula-se o fator de probabilidade de perda que é ajustado por coeficiente de sensibilização futura atrelado a indicadores macroeconômicos. Os fatores ponderados pelo coeficiente de expectativa futura são alocados por faixa de vencimento dos recebimentos vencidos e a vencer que variam de 30 a 150 dias na data-base de divulgação das demonstrações financeiras.

Contabilidade de Hedge

A Companhia optou por adotar o novo modelo de contabilidade de hedge do CPC 48 / IFRS 9. Isso exige que a Companhia assegure que as relações de *hedge* estejam alinhadas com seus objetivos e estratégias de gestão de risco e que a Companhia aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do *hedge*.

3 - Estimativas, premissas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia preparou suas demonstrações financeiras com base em estimativas decorrentes de sua experiência e diversos outros fatores que acredita serem razoáveis e relevantes.

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à provisão de perdas de contas a receber de clientes, seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, definição dos prazos para amortização do intangível com vida útil definida, provisões necessárias para processos judiciais prováveis, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

(a) Estimativas e premissas contábeis críticas

A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a situação patrimonial da Companhia, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas.

As transações envolvendo tais estimativas podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Companhia, bem como seu resultado operacional, já que os efetivos resultados podem divergir das suas estimativas.

As principais estimativas e premissas que apresentam riscos significativos, com possibilidade de causar ajustes relevantes nos valores de ativos e passivos no próximo exercício social estão contempladas a seguir:

(i) Redução do valor recuperável de ativos

A administração da Companhia adota premissas em testes de determinação da recuperação de ativos financeiros, para determinação do seu valor recuperável e reconhecimento de "*impairment*", quando

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

aplicável. Diversos eventos de natureza incerta colaboraram na determinação das premissas e variáveis utilizadas pela administração na avaliação de eventual "impairment".

(ii) Revisão da vida útil dos bens patrimoniais e da amortização do intangível

A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. As taxas de depreciação e amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos.

(iii) Provisão para processos judiciais

A Companhia constituiu provisões para processos judiciais com base em análises dos processos em andamento. Os valores foram registrados com base no parecer dos consultores jurídicos visando cobrir perdas prováveis.

(iv) Tributos diferidos sobre o lucro

A Companhia reconhece o efeito do imposto diferido de prejuízo fiscal e das diferenças temporária em seus demonstrativos financeiros. A constituição dos tributos diferidos sobre o lucro, ativos e passivos requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperável. As avaliações realizadas dependem da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro baseado na produção e planejamento de vendas, custos operacionais.

(v) Benefícios de planos de previdência privada

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos de títulos públicos (Notas do Tesouro Nacional), sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

(b) Julgamentos críticos na aplicação de práticas contábeis da Companhia

Concessão e subconcessão

A Companhia segue as orientações da ICPC 01 e da OCPC 05 para contabilizar a concessão e a subconcessão dos serviços de transporte ferroviário e o arrendamento de bens vinculados à prestação desses serviços de suas controladas. A aplicação dessas interpretações e orientações técnicas requer julgamentos significativos por parte da administração da Companhia, principalmente quanto aos seguintes aspectos:

- (i) Conclusão de que a essência econômica dos contratos de concessão e arrendamento é uma só, ou seja, a obtenção do direito de exploração do serviço público de transporte ferroviário.
- (ii) Conclusão de que o poder concedente não define a quem os serviços objetos da concessão ou da subconcessão devem ser prestados, prevalecendo o interesse comercial das concessionárias.
- (iii) Conclusão de que, apesar de existir limites máximos das tarifas de referência ("*price cap*") controladas pela ANTT, na prática, o poder concedente não determina qual o preço que deverá ser cobrado pelos serviços prestados pelas concessionárias, pois a base para precificação é o próprio mercado, considerando que esse "*price-cap*" é raramente atingido.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iv) Conclusão de que os contratos de concessão e arrendamento oriundos da União (extinta RFFSA) são contratos de execução, devendo ser apropriados ao resultado mensalmente, ao longo do prazo de concessão, ao invés de registrados integralmente no momento inicial da concessão.
- (v) Conclusão de não ser aplicável registrar no momento inicial da concessão nenhum ativo financeiro, por não haver uma clara evidência do direito contratual incondicional de receber, da concedente, caixa ou outro ativo financeiro pelos ativos vinculados a concessão de serviços públicos.

Para esses julgamentos, a Companhia considerou, entre outros fatores, a análise detalhada das mencionadas orientações técnicas e as discussões das mesmas no âmbito da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários - ANTF.

4 - Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

A Companhia não apresenta suas demonstrações financeiras de forma consolidada, conforme permitido pelo CPC 36, considerando os seguintes aspectos: (a) a VLI Multimodal S.A. é uma controlada da VLI S.A., a qual não fez objeção quanto a não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia; (b) os instrumentos de dívida ou patrimoniais da Companhia não são negociados em mercado aberto; (c) a VLI Multimodal S.A. não registrou e não está em processo de registro de suas demonstrações financeiras na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, ou outro órgão regulador, visando a emissão de algum tipo ou classe de instrumento em mercado aberto; e (d) a controladora da Companhia disponibiliza ao público suas demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS.

(b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As transações realizadas nas demonstrações financeiras de cada Companhia são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("moeda funcional").

A moeda funcional adotada pela Companhia e sua moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real.

(c) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Resultado financeiro".

(d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

(e) Ativos financeiros

Classificação

A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado) – VJR e VJORA
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos.

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido.

A Companhia reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado.

Os derivativos também são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

Reconhecimento e desreconhecimento

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Esta escolha é feita investimento por investimento.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48 / IFRS 9).

Mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Instrumentos de dívida

A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Companhia para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia classifica seus títulos de dívida de acordo com as três categorias de mensuração a seguir:

- Custo amortizado.
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes
- Valor justo por meio do resultado.

(f) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

(g) Provisão para realização de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia passou a avaliar, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço, recebíveis com partes relacionadas; e
- perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia optou por mensurar provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data de apresentação, dos quais se destacam recebíveis com natureza de “*Take or pay*”; e;
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações históricas e futuras.

A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito

Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados a VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação de crédito” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro.

(h) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

A administração estabeleceu uma política que exige que as empresas da Companhia administrem seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. As exposições cambiais dos empréstimos no exterior tem suas posições protegidas via operações de *hedge* (contratos de *swap*), efetuadas sob a orientação da Tesouraria da Companhia.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende de o fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*.

A Companhia adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designa certos derivativos como *hedge* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo).

Um relacionamento de *hedge* se qualifica para contabilidade de *hedge* se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*;
- O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- O índice de *hedge* da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de *hedge* que a entidade efetivamente utiliza para proteger esta quantidade de item protegido.

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco protegido. A Companhia só aplica a contabilidade de *hedge* de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos e variação cambial de empréstimos em moeda estrangeira. O ganho ou perda relacionados as parcelas efetivas e não efetivas de *swaps* é reconhecido na demonstração do resultado como "Resultado financeiro".

Os valores justos dos vários instrumentos derivativos usados para fins de *hedge* estão divulgados na Nota 31.

(i) Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, serão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Os ajustes a valor presente são calculados com base na diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à uma taxa de juros efetiva.

(j) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor de reposição e, quando aplicável, é constituída uma estimativa de perdas de estoques obsoletos, inservíveis ou sem movimentação. O custo de aquisição é determinado usando-se o método da média ponderada móvel.

(k) Investimentos em controladas

Entidades controladas são aquelas, nas quais, de forma direta ou indireta a Controladora exerce o poder de regular as políticas contábeis e operacionais, para obtenção de benefícios de suas atividades, normalmente acompanhada de uma participação de mais do que a metade dos direitos de voto (capital votante).

Nas demonstrações financeiras os investimentos são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. As políticas contábeis das controladas são as mesmas da Companhia.

O uso do método de equivalência patrimonial será suspenso a partir da data em que a Companhia deixar de ter influência significativa sobre a coligada e deixar de ter controle sobre a até então controlada, exceto no balanço individual, se a investida passar de controlada para coligada. Quando o método de equivalência é suspenso, o investimento será tratado como instrumento financeiro de acordo com os requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Havendo perda de influência e do controle, o investimento remanescente na ex-coligada ou ex-controlada passará a ser avaliado pelo valor justo e a Companhia reconhece no resultado do período qualquer diferença entre:

- (i) o valor justo do investimento remanescente, se houver, e qualquer montante proveniente da alienação parcial de sua participação na coligada e na controlada; e

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) o valor contábil do investimento na data em que foi perdida a influência significativa ou foi perdido o controle.

(l) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Imóveis	10 a 25
Instalações auxiliares e sistemas operacionais	12 a 60
Equipamentos autônomos	5 a 20
Veículos	5
Bens administrativos e auxiliares	10
Equipamentos e aplicativos de informática	5 a 10
Locomotivas	30
Vagões	30 a 33
Vias permanentes	12
Outros ativos	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas".

Os juros e custos de transação referentes aos empréstimos, financiamentos e debêntures, relacionados ao projeto de expansão, foram apropriados no ativo imobilizado.

(m) Intangível

Relações contratuais com clientes

As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Direitos adquiridos de comercialização de transporte ferroviário

Os direitos adquiridos são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e se referente aos direitos de exclusividade conferidos à VLI Multimodal S.A. de contratar prestação exclusiva de serviços ferroviários e acessórios prestados pela Vale S.A.

A amortização é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Imóveis	25
Instalações auxiliares	50
Equipamentos e aplicativos de informática	5
Vias permanentes	12
Direitos de concessão	12

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

(n) Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)).

Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

(o) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

(p) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

(q) Arrendamentos

A Companhia arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais a Companhia detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em empréstimos. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

(r) Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(s) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

(t) Benefícios a empregados

Obrigações de aposentadoria

A Companhia, através da sua Controlada Ultrafertil, é patrocinadora dos planos Petros Ultrafertil, que está estruturado na modalidade de benefício definido e adicionalmente, plano de assistência médica Ultrafertil garantido pela Resolução RN Nº 279/11 da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS que garantem aos empregados demitidos e beneficiários a permanência no plano vitaliciamente, ou se a contribuição for inferior a dez anos, cada ano de serviço prestado dará direito a um ano de permanência no plano, o passivo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

relacionado aos benefícios de risco do plano de pensão é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado pela estimativa de saída futura de caixa, usando-se as taxas de juros de títulos públicos cujos prazos de vencimento se aproximam dos prazos do passivo relacionado. Os ganhos e as perdas atuariais advindos de mudanças nas premissas atuariais e emendas aos planos de pensão são apropriados ou creditados ao resultado pela média do tempo de serviço remanescente dos funcionários relacionados. Estes planos encontram-se bloqueados a novas adesões de participantes.

A Companhia também é patrocinadora do Plano Vale Mais e Valia Prev que está estruturado na modalidade de contribuição variável, onde na fase de acumulação de recursos não existe passivo atuarial uma vez que os compromissos estão limitados ao saldo de contas formados pelas contribuições efetuadas pelos participantes e pela patrocinadora. Na fase de concessão do benefício o saldo de contas é transformado em uma renda mensal vitalícia, determinada por um fator atuarial que leva em consideração a expectativa de vida do participante e de seu beneficiário, e uma taxa real anual de juros, sendo, nesta fase, avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, para cálculo do passivo atuarial, o valor presente da obrigação de benefício são calculados nos moldes do CPC 33 – Benefícios a Empregados.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados a qual cuja metodologia de cálculo considera metas operacionais e financeiras divulgadas a seus empregados. As diretrizes da participação nos resultados são determinadas pela administração da Companhia VLI. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

Incentivos de longo prazo

O programa de Incentivos de longo prazo consiste na adesão dos executivos da Companhia, através de depósitos bancários em conta corrente específica da Companhia, que poderá dispor dos valores para execução do plano de negócios. A possível remuneração dos valores aportados pelos executivos estará atrelada a Unidade de Valor VLI (UVV).

O programa tem duração de 3 anos, podendo ser prorrogado por mais um período de 3 anos.

A transação será realizada por meio de uma conta corrente da Companhia, que poderá dispor destes valores para execução do seu plano de negócios.

A possível remuneração dos valores aportados pelos executivos estará atrelada a UVV (para compra e para a Venda: *valuation* em 31 de dezembro do ano anterior).

Após o prazo estabelecido do programa, três anos, o executivo ainda terá direito a receber o equivalente ao *Matching*.

(u) Capital social

O capital social está representado por ações ordinárias não resgatáveis, todas sem valor nominal. Cada ação dará direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

(v) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços portuários e transporte ferroviário e movimentação portuária no curso normal das atividades da Companhia e de receitas acessórias ligadas às atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e descontos.

Receitas de serviços

A receita de serviços somente é reconhecida quando da efetiva execução dos serviços contratados e na medida em que: (i) quando a Companhia cumpre com as obrigações de desempenho; (ii) os custos relacionados a esses serviços possam ser mensurados confiavelmente e o valor da receita possa ser mensurado com segurança; e (iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade.

Receitas financeiras

A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo prazo de competência, utilizando o método de taxa de juros efetiva.

Receitas diferidas

As receitas antecipadas são registradas no passivo quando há recebimentos antecipados para prestação de serviços futuros. As receitas antecipadas serão reconhecidas no resultado quando decorrido o prazo de competência ou da prestação de serviços futuros.

(w) Dividendos

Os dividendos são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

Aos acionistas será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício, até que esta reserva atinja 20% do capital social.

(x) Apresentação de informações por segmentos

Conforme descrito na Nota 29, A Companhia analisa suas operações como segmento único com base nas informações apresentadas de modo consistente ao principal tomador de decisões operacionais da Companhia, o Conselho de Administração, órgão responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho do segmento operacional, além da tomada das decisões estratégicas da Companhia.

(y) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A Companhia divulga suas demonstrações do valor adicionado (“DVA”) de acordo com os pronunciamentos do CPC 09 e práticas internacionais pelo IFRS, que são apresentados como informação suplementar.

(y) Fluxo de caixa

A Companhia apresenta suas demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto.

As transações que não afetaram caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 dizem respeito as ativações no intangível da valorização de carteira de clientes oriundos da aquisição da VLILL no montante de R\$ 25.503 (vide Nota 1(a)); capitalização em Controlada de adiantamento para futuro aumento de

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

capital (AFAC) no montante de R\$ 79.978; provisionamento dos dividendos a pagar no valor de R\$ 99.414, referentes ao resultado do exercício de 2018 (Nota 21); e o reconhecimento de dividendos a receber de Controladas e ainda não pagos no montante de R\$ 61.785 (Nota 14).

As transações que não afetaram caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 dizem respeito a incorporação de juros (FINEM) no principal da dívida no montante de R\$ 18.978, bem como reconhecimento de dividendos no montante de R\$ 224.782.

5 - Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa e bancos	445	51.334
Aplicações financeiras (i)	<u>1.350.211</u>	<u>1.144.125</u>
	<u>1.350.656</u>	<u>1.195.459</u>

(i) Aplicações em operações compromissadas, letras financeiras e em certificados de depósitos bancários de curto prazo indexados ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário), com remuneração média de 99,31% (2017 – 99,58%) e prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, com insignificante risco de mudança de valor.

6 - Contas a receber

As análises de vencimentos estão apresentadas a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Circulante		
Contas a receber de terceiros	351.491	295.407
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 8)	40.522	27.437
Menos: Perdas por redução ao valor recuperável em contas a receber	<u>(17.717)</u>	<u>(15.412)</u>
Contas a receber de clientes, líquidas	<u>374.296</u>	<u>307.432</u>
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Não circulante		
Contas a receber de terceiros	<u>19.271</u>	<u>1.853</u>
	<u>19.271</u>	<u>1.853</u>
	<u>393.567</u>	<u>309.285</u>
A vencer	302.584	275.530
Vencidos até 3 meses	37.633	22.800
Vencidos de 3 a 6 meses	26.592	1.155
Vencidos acima 6 meses	<u>44.475</u>	<u>25.212</u>
Contas a receber de clientes	<u>411.284</u>	<u>324.697</u>

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 – Estoques

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Peças e componentes de equipamentos e instalações	14.070	1.076
Combustíveis, lubrificantes e gases	202	52
Materiais de expediente e outros	6.586	12.335
Materiais elétricos e eletrônicos	914	243
Outros materiais	1.867	1.181
	<u>23.639</u>	<u>14.887</u>

8 - Partes relacionadas

As transações entre as partes relacionadas podem ser demonstradas conforme abaixo:

Balço patrimonial	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ativo circulante		
Contas a receber (Nota 6)		
Controladora (VLI S.A.)	21	21
Coligadas	40.501	27.413
Outras	-	3
	<u>40.522</u>	<u>27.437</u>
Ativo não circulante		
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 22)		
Coligadas (i)	500.000	79.978
Outras		
	<u>500.000</u>	<u>79.978</u>
Passivo circulante		
Fornecedores (Nota 17)		
Controladora (VLI S.A.)	236	235
Coligadas	109.662	83.831
Outras	1.057	936
	<u>110.955</u>	<u>85.002</u>
Demonstração do resultado	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receitas		
Receita de aluguel de terminais		
Coligadas	23.330	-
	<u>23.330</u>	<u>-</u>
Outras receitas (despesas) operacionais		
Controladora (VLI S.A.)	(20.575)	(12.153)
Coligadas	90.415	199.374
Outras		-
	<u>69.840</u>	<u>187.221</u>

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Custos e despesas		
Custo com aluguel de equipamentos		
Coligadas	(153.106)	(102.527)
	<u>(153.106)</u>	<u>(102.527)</u>
Custo dos serviços		
Coligadas	(805.122)	(920.381)
Outras	(680)	(449)
	<u>(805.802)</u>	<u>(920.830)</u>
Previdência complementar		
Outras	(4.974)	(4.607)
	<u>(4.974)</u>	<u>(4.607)</u>
Despesas com compartilhamento de gastos		
Controladora (VLI S.A.)	(20.575)	(12.153)
Coligadas	-	-
	<u>(20.575)</u>	<u>(12.153)</u>
Receitas (despesas) financeiras		
Coligadas	-	29
	<u>-</u>	<u>29</u>
	<u>(891.287)</u>	<u>(852.867)</u>

As análises de vencimentos de contas a receber de partes relacionadas estão apresentadas abaixo:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
A vencer	5.431	16.495
Vencidos até 3 meses	18.971	1.959
Vencidos de 3 a 6 meses	5.536	591
Vencidos acima 6 meses	10.584	8.392
	<u>40.522</u>	<u>27.437</u>

Saldo a receber da Vale S.A. no montante de R\$ 10.946 (2017 - R\$ 23.082) no ativo circulante refere-se ressarcimento de perdas em Contrato de Prestação de Serviço, ao repasse de faturamento de frete de transporte ferroviário recebido indevidamente pela Vale S.A.

Os valores a pagar no passivo circulante são referentes aos contratos de prestação de serviço ferroviário com a Vale S.A. de R\$ 71.830 (2017 - R\$ 43.109) e com FCA de R\$ 32.885 (2017 - R\$ 40.722); e ao compartilhamento de custos e despesas administrativas da VLI S.A. no montante de R\$ 236 (2017 - R\$ 235).

Os valores relativos a custos dos serviços em 2018 e 2017 são relacionados aos custos incorridos da prestação de serviços oriundas dos contratos entre a Companhia, a FCA, Vale S.A.

Os custos com aluguel de equipamentos referem-se ao contrato de aluguel de locomotivas e vagões assinado entre a Companhia e suas controladas Ferrovia Centro Atlântica S.A. e Ferrovia Norte Sul S.A. O contrato terá vigência de 14 anos e será pago anualmente, sendo o valor ajustado pelo IGPM (Índice Geral de Preços Médios).

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia, composto exclusivamente pelos diretores estatutários, é paga integralmente pela VLI S.A. (Controlador final da Companhia), sem o respectivo reembolso.

9 - Tributos antecipados sobre o lucro e tributos a recuperar

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Circulante		
ICMS a recuperar	114.963	71.061
PIS e COFINS a compensar (i)	50.267	16.222
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	2	-
Outros	-	8.839
	<u>165.232</u>	<u>96.122</u>
Não circulante		
ICMS a recuperar	10.248	44.059
PIS e COFINS a compensar (i)	239.874	166.035
Saldos de declaração - IR e CS	40.258	23.807
ISSQN	5	-
INSS	1.685	-
Outros	2.452	-
	<u>294.522</u>	<u>233.901</u>
Total – tributos a recuperar	<u>459.754</u>	<u>330.023</u>

A classificação dos tributos a recuperar, do ativo circulante, foi definida com base nas estimativas de realização para os próximos 12 (doze) meses das operações da Companhia.

- (i) Contempla R\$ 60,0 milhões de créditos referentes ao ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS dos períodos de 2002 a 2017 e reconhecidos nos períodos findos de 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2018, em função de ter o Supremo Tribunal Federal, no RE nº 574.706, em sede de repercussão geral, pacificado o entendimento pela inconstitucionalidade da abrangência no imposto estadual no conceito de receita.

10 - Dividendos a receber

Os dividendos apresentados nas demonstrações financeiras individuais da VLI Multimodal, foram propostos por suas controladas diretas, sendo constituídos conforme previsto no estatuto social da Companhia. Os Dividendos apresentados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram nos valores de R\$ 72.806 e R\$ 57.118, respectivamente.

11 - Despesas pagas antecipadamente

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Circulante		
Outras despesas antecipadas	2.445	767
Despesas com licença de uso de softwares	3.687	5.959
	<u>6.132</u>	<u>6.726</u>
Não circulante		
Direito de usufruto de imóvel	3.210	3.210
	<u>3.210</u>	<u>3.210</u>
	<u>9.342</u>	<u>9.936</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 - Sinistros a recuperar e demais ativos

	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		
Sinistros a recuperar (a)	61	-
Total - sinistros a recuperar	61	-
Adiantamento a empregados	466	2.341
Adiantamento a fornecedores	13.702	6.111
Outras contas	975	1.720
Total - demais ativos	15.143	10.172
Não circulante		
Adiantamento a empregados	-	395
Adiantamento a fornecedores	10.998	1.248
Total - demais ativos	10.998	1.643
Sinistros a recuperar (a)	41.496	41.732
Total - sinistros a recuperar	41.496	41.732

(a) Os gastos relevantes com sinistros ocorridos foram apropriados no ativo não circulante por não termos evidências de reembolso por parte das seguradoras contratadas no próximo ano corrente.

13 - Depósitos judiciais e provisão para processos judiciais

	31/12/2018		31/12/2017	
	Depósitos judiciais	Provisões para processos judiciais	Depósitos judiciais	Provisões para processos judiciais
Trabalhistas	883	602	517	112
Cíveis	931	2	929	-
Tributárias	790	-	740	-
	2.604	604	2.186	112

Movimentação dos depósitos judiciais:

	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	Juros e atualização monetária	31/12/2018
Trabalhistas	517	265	-	-	101	883
Cíveis	929	-	-	-	2	931
Tributárias	740	-	-	-	50	790
	2.186	265	-	-	153	2.604

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação das provisões para processos judiciais:

	<u>31/12/2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Juros e atualização monetária</u>	<u>31/12/2018</u>
Trabalhistas	112	920	(447)	17	602
Cíveis	-	2	-	-	2
	<u>112</u>	<u>922</u>	<u>(447)</u>	<u>17</u>	<u>604</u>

13.1 - Passivos contingentes

Adicionalmente às provisões constituídas, existem outros passivos contingentes no montante aproximado de R\$ 223.568 (2017 – R\$ 171.142), referente a causas de natureza trabalhista, cível, ambiental e tributária, para os quais, com base na avaliação de nossos consultores jurídicos, não foram constituídas provisões por se tratarem de perdas possíveis.

As composições dos passivos contingentes por natureza podem ser assim apresentadas:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Trabalhistas (a)	22.405	20.846
Cíveis (b)	31.179	3.306
Tributárias (c)	169.500	146.854
Ambientais (d)	484	136
	<u>223.568</u>	<u>171.142</u>

- (a) **Trabalhistas:** trata-se de reclamações trabalhistas promovidas por ex-empregados da VLIMM, bem como sindicatos e ex-empregados de empresas terceirizadas, cujos pedidos mais recorrentes e relevantes referem-se ao pagamento por horas extras; alegação de divergência de salário para funções idênticas, ensejando pedido de diferenças salariais e pedido de responsabilidade subsidiária da VLIMM, em decorrência de não cumprimento de obrigações trabalhistas por empresas contratadas pela mesma para a prestação de serviços diversos (terceirização).
- (b) **Cíveis:** trata-se de demandas discutindo questões indenizatórias, promovidas por empresas contratadas pela Companhia que alegam prejuízos contratuais, além de ações anulatórias.
- (c) **Tributárias:** trata-se, principalmente, de glosa de créditos de ICMS e autuações de ICMS relacionadas ao (i) descumprimento de obrigações acessórias, (ii) glosa de créditos, (iii) exigência do imposto sobre a transferência de bens para o mesmo titular e ausência de retorno de bens remetidos para reparo/conserto no prazo regulamentar.
- (d) **Ambientais:** tratam-se de demandas cuja discussão se refere à alegação dos órgãos ambientais, Ministério Público e Prefeituras, de que a Companhia teria descumprido alguma obrigação ambiental, ou sua atividade tenha gerado algum impacto ambiental, impondo multas diversas à Companhia.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 - Investimentos

14.1 - Movimentação dos investimentos

	31/12/2018					
	FCA	FNS	UF	VLILL	VLI Sol	VLI Multi
Saldo em 1º de janeiro de 2018	4.385.699	2.252.712	1.456.768	-	1	8.095.180
Aquisição VLI Locação de Locomotivas Ltda.	-	-	-	12.172	-	12.172
Aumento de capital	79.978	-	-	-	-	79.978
Ajuste de avaliação patrimonial (Nota 23(b))	-	-	(22.057)	-	-	(22.057)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-
Resultado das controladas	132.801	275.433	(27.593)	44.447	-	425.088
Lucros não realizados	(1.580)	-	-	-	-	(1.580)
Dividendos propostos	-	(50.838)	-	(10.947)	-	(61.785)
Dividendos adicionais	-	(50.000)	-	-	-	(50.000)
Saldo no final em 31 de dezembro de 2018	4.596.898	2.427.307	1.407.118	45.672	1	8.476.996

	31/12/2017					
	FCA	FNS	TUF	UF	VLI Sol	VLI Multi
Saldo em 1º de janeiro de 2017	4.381.272	2.100.089	1.252.826	-	1	7.734.188
Transferência de ações por incorporação TUF na UF	-	-	(1.261.413)	1.252.826	-	(8.587)
Aumento de capital	-	32.241	-	210.000	-	242.241
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(6.058)	-	(6.058)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-
Resultado das controladas	7.375	248.719	8.587	-	-	264.681
Lucros não realizados	(2.948)	-	-	-	-	(2.948)
Dividendos propostos	-	(46.096)	-	-	-	(46.096)
Dividendos adicionais	-	(80.000)	-	-	-	(80.000)
Incentivos fiscais capitalizados	-	(2.241)	-	-	-	(2.241)
Saldo no final em 31 de dezembro de 2017	4.385.699	2.252.712	-	1.456.768	1	8.095.180

14.2 - Informações sobre controladas

	31/12/2018					
	% Participação	Número de ações ordinárias e quotas	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Ferrovia Centro Atlântica S.A.	99,99%	112.303.527	5.634.004	1.032.351	4.601.653	132.801
Ferrovia Norte Sul S.A.	100,00%	1.835.966.791	2.752.295	324.988	2.427.307	275.433
Ultrafertil S.A.	82,89%	3.295.016	3.370.689	1.673.117	1.697.572	(27.593)
VLI Locação de Locomotivas Ltda.	100,00%	87.300.000	817.918	772.246	45.672	44.447
VLI Soluções S.A.	99,99%	10.001.000	1	-	1	-

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

						31/12/2017
	% Participação	Número de ações ordinárias e quotas	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Ferrovia Centro Atlântica S.A.	99,99%	110.293.641	5.310.577	921.703	4.388.874	7.375
Ferrovia Norte Sul S.A.	100,00%	1.835.966.791	2.647.450	394.738	2.252.712	248.719
VLI Soluções S.A.	100,00%	1.000	1	-	1	-
Ultrafertil S.A.	82,89%	3.295.016	3.251.855	1.494.384	1.757.471	10.525

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 - Imobilizado

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos, instalações e veículos	Locomotivas e vagões	Via permanente	Imobilizado em andamento (a)	Outros	Total
Valor de custo							
Saldo em 1º de janeiro de 2018	263.673	522.814	2.800.993	12.335	157.726	1.848	3.759.389
Adições	-	-	-	-	272.190	-	272.190
Baixas	-	(98)	(1.707)	-	-	-	(1.805)
Transferências	7.269	94.432	105.402	740	(330.317)	3.338	(119.136)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	270.942	617.148	2.904.688	13.075	99.599	5.186	3.910.638
Valor de depreciação							
Saldo em 1º de janeiro de 2018	(18.151)	(91.746)	(282.432)	(1.093)	-	(335)	(393.757)
Adições	(4.838)	(46.858)	(83.607)	(478)	-	(525)	(136.306)
Baixas	-	26	246	-	-	-	272
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(22.989)	(138.578)	(365.793)	(1.571)	-	(860)	(529.791)
Saldo contábil, líquido em 1º de janeiro de 2018	245.522	431.068	2.518.561	11.242	157.726	1.513	3.365.632
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2018	247.953	478.570	2.538.895	11.504	99.599	4.326	3.380.847

A Companhia não concedeu bens em penhora como garantia do juízo, em atendimento às suas execuções judiciais.

(a) O imobilizado em andamento está substancialmente representado por gastos relacionados à construção de oficinas e pátios, manutenção de via permanente, dragagem, aquisição, recuperação, modernização de vagões, construção de oficina e postos de abastecimento, obras nos postos, oficinas e pátios.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 - Intangível

	Direitos de uso (a)	Benfeitorias em bens arrendados (b)	Intangível em andamento (c)	Outros (d)	Total
Valor de custo					
Saldo em 1º de janeiro de 2018	1.997.168	227.601	-	-	2.224.769
Adições	545.465	-	47.733	25.503	618.701
Transferências	-	8.413	(8.413)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.542.633	236.014	39.320	25.503	2.843.470
Valor de amortização					
Saldo em 1º de janeiro de 2018	(1.997.168)	(31.662)	-	-	(2.028.830)
Adições	(545.465)	(15.987)	-	(1.406)	(562.858)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(2.542.633)	(47.649)	-	(1.406)	(2.591.688)
Saldo contábil, líquido em 1º de janeiro de 2018	-	195.939	-	-	195.939
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2018	-	188.365	39.320	24.097	251.782

(a) Direitos de uso são compostos por:

- (i) Contrato celebrado entre Vale S.A. e VLI Multimodal S.A. - A Companhia adquiriu da Vale S.A. o direito de opção de reservar a capacidade produtiva das ferrovias - Estrada de Ferro Carajás e Estrada de Ferro Vitória - Minas ("EFC" e "EFVM" respectivamente), destinada à prestação de serviços de transportes de carga geral, objeto da concessão conferida a Vale S.A.

A opção do direito de reserva de capacidade é calculada com base nos ativos destinados à prestação dos serviços de transporte ferroviários de carga geral para as quais a Vale S.A. reservou a capacidade de transporte. A vigência deste direito contratual está vinculada à concessão ferroviária celebrada entre a Vale S.A. e a União Federal.

O prazo de amortização dos direitos foi limitado ao período de vigência do contrato de opção de reserva de capacidade. A referida opção foi efetuada em base anual sendo renovável pelo mesmo período.

O Direito a reserva de capacidade será aplicado para um período anual, iniciando-se no dia 01 de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro do respectivo ano e será renovado automaticamente.

O contrato se enquadra dentro das operações da Companhia e não se refere à operação com expectativa de ganho financeiro ou especulativo.

- (ii) Contrato celebrado entre Ferrovia Centro Atlântica S.A. e VLI Multimodal S.A. - O exercício da opção da Reserva de Capacidade celebrado com a Ferrovia Centro Atlântica S.A. garante a Companhia a capacidade dos serviços, podendo ser negociada, na qualidade de operador de transporte multimodal (OTM), com clientes e terceiros interessados, desde que sua atuação comercial esteja pautada de acordo com as normas da Concessão da Malha Centro-Leste.

Será devido a FCA, o valor de R\$ 111.187 milhões anuais, calculados com base na remuneração de seus ativos, proporcionais aos volumes transportados no corredor centro-leste. Sua remuneração será apurada até o dia 15 de janeiro de cada ano e será reajustada anualmente pelo índice geral de preços médios (IGP-M). A vigência deste direito contratual está vinculada à concessão ferroviária celebrada entre a FCA e a União Federal.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O prazo de amortização dos direitos foi limitado ao período de vigência do contrato de opção de reserva de capacidade. A referida opção foi efetuada em base anual sendo renovável pelo mesmo período.

O Direito a reserva de capacidade será aplicado para um período anual, iniciando-se no dia 01 de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro do respectivo ano e será renovado automaticamente.

- (iii) Aquisição dos direitos contratuais de propriedade da Log in Intermodal S.A. - Direito contratual adquirido para execução dos transportes multimodais de cargas containerizadas na malha Centro Oeste, objeto de concessão conferida a FCA. O contrato foi reconhecido pelo custo de aquisição e será amortizado pelo período do contrato de concessão, celebrado entre a FCA e a União Federal.
- (iv) Direitos de exclusividade da Vale S.A. - Refere-se ao direito de exclusividade intransferível da VLI Multimodal S.A. de contratar a prestação exclusiva dos serviços portuários e acessórios prestados pela Vale S.A, nos terminais, resguardada e excluída da exclusividade, tão somente, a operação portuária das cargas próprias da Vale S.A. e de suas empresas coligas e controladas.

A VLI Multimodal S.A. é empresa controlada pela VLI, constituída com o objetivo social de prestar serviços de transporte multimodal e atender de forma eficaz o segmento de carga geral, zelando pela garantia do escoamento da produção dos diversos setores produtores, exercendo importante papel centralizador no ajuste de procedimentos comerciais e operacionais junto a Vale S.A.

A Vale S.A. é titular de autorização para exploração dos terminais portuários privativos de uso misto, Terminal Privativo de Uso Misto de Praia Mole (TPM), Terminal de Produtos Diversos (TPD) e Terminal de Granéis Líquidos, todos na cidade de Vitória/ES.

O Direito de Exclusividade será aplicado para um período anual, iniciando-se no dia 01 de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro do respectivo ano e será renovado automaticamente.

O valor a ser pago anualmente será em função dos custos efetivamente realizados pela Vale S.A. para a prestação dos serviços.

- (b) As benfeitorias em propriedades arrendadas estão vinculadas ao contrato de arrendamento com a extinta RFFSA, sucedida pela União em 2007, conforme Lei 11.483/2007. O prazo de amortização das benfeitorias em instalações da via permanente arrendada foi limitado ao período de vigência do contrato de arrendamento.

- (c) O intangível em andamento é resultante dos investimentos correntes e de capital, como a manutenção em via permanente, a expansão de pátios e terminais, construção de oficinas, pátios e viadutos.

- (d) Trata-se substancialmente da alocação do valor justo do preço de compra ("PPA") da VLILL Vide Nota 1(a).

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 - Fornecedores e Contas a pagar

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Circulante		
Fornecedores - terceiros (a)	149.501	120.458
Fornecedores - partes relacionadas	110.955	85.002
	<u>260.456</u>	<u>205.460</u>
Contas a pagar (b)	27.680	2.964
	<u>27.680</u>	<u>2.964</u>
	<u>288.136</u>	<u>208.424</u>
Não circulante		
Fornecedores - terceiros (a)	9.544	8.586
	<u>9.544</u>	<u>8.586</u>
	<u>297.680</u>	<u>217.010</u>

(a) Vide abertura abaixo:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Mercado interno	159.039	127.785
Mercado externo	6	1.259
	<u>159.045</u>	<u>129.044</u>

(b) A Companhia possui convênios com instituições financeiras, que permitem que determinados fornecedores nacionais tenham a possibilidade de ceder recebíveis da Companhia junto às instituições financeiras.

Até 31 de dezembro de 2018 as aquisições totalizavam R\$ 27.680 com prazo médio de pagamento de 90 dias, sendo o último vencimento em 07/03/2019.

Em 31 de dezembro de 2017 as aquisições totalizavam R\$ 2.964, sendo R\$ 436 com prazo entre 270 e 360 dias que foram cedidas por nossos fornecedores (junto às instituições financeiras) com taxas entre 0,99% a.m. e 0,68% a.m., sendo o último vencimento a pagar em 24/08/2018. As demais aquisições totalizavam R\$ 2.528 com prazo médio de pagamento de 90 dias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 - Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Encargos financeiros	31/12/2018	31/12/2017
Circulante			
FINAME	2,5% a.a. a 6,0% a.a.	192.884	193.115
FINAME	TJLP + 3% a.a.	8.686	8.368
FINEM	TJLP + 1,81% a.a a TJLP + 5,15% a.a.	160.599	88.332
Certificado de recebíveis do agronegócio (CRA)	95% a 103% CDI	306.702	10.157
Certificado de recebíveis imobiliários (CRI)	TR + 10,80% a.a.	36.853	36.269
Notas promissórias (NP)	109% CDI	428.208	115
Empréstimos no exterior	USD + 2,87% a USD + 3,94% (109,9% CDI a 111,7% CDI - Swap)	1.621	234
Custo de transação		(4.696)	(5.463)
		1.130.857	331.127
Debêntures			
Custo de transação	IPCA + 6,05% a.a a IPCA + 6,88% a.a.	14.316 (2.035)	13.666 (2.008)
		12.281	11.658
Total circulante		1.143.138	342.785
Não circulante			
FINAME	2,5% a.a. a 6,0% a.a.	816.400	1.007.552
FINAME	TJLP + 3% a.a.	44.555	52.997
FINAME	IPCA + 5,27% a.a. TJLP + 2,03% a.a a TJLP + 5,15% a.a.	141.172	-
FINEM	TJLP + 5,15% a.a.	1.020.905	997.827
Certificado de recebíveis do agronegócio (CRA)	95% a 103% CDI	460.000	554.500
Certificado de recebíveis imobiliários (CRI)	TR + 10,80% a.a.	181.193	223.841
Notas promissórias (NP)	109% CDI	-	400.000
Empréstimos no exterior	USD + 2,87% a USD +3,94% (109,9% CDI a 111,7% CDI - Swap)	967.674	318.105
Custo de transação		(24.077)	(24.420)
		3.607.822	3.530.402
Debêntures			
Custo de transação	IPCA + 6,05% a.a a IPCA + 6,88% a.a.	465.684 (1.933)	447.878 (3.764)
		463.751	444.114
Total não circulante		4.071.573	3.974.516
		5.214.711	4.317.301

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18.1 - Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	<u>31/12/2017</u>	<u>Adição</u>				<u>Amortização</u>			<u>Marcação a mercado (objeto de hedge)</u>	<u>31/12/2018</u>
		<u>Principal</u>	<u>Juros apropriados</u>	<u>Variação cambial</u>	<u>Custos de transação</u>	<u>Principal</u>	<u>Juros pagos</u>	<u>Custos de transação</u>		
FINAME	1.262.032	141.172	53.180	176	-	(197.780)	(55.083)	-	-	1.203.697
FINEM	1.086.159	169.026	102.000	3.563	-	(83.720)	(95.524)	-	-	1.181.504
CRA	564.657	200.000	38.547	-	-	-	(36.502)	-	-	766.702
CRI	260.110	-	24.572	-	-	(39.796)	(26.840)	-	-	218.046
NP	400.115	-	28.093	-	-	-	-	-	-	428.208
Debêntures	461.544	-	48.111	-	-	-	(29.655)	-	-	480.000
Empréstimos no exterior	318.339	562.650	22.908	73.742	-	-	(22.096)	-	13.752	969.295
Custos de transação	(35.655)	-	-	-	(5.050)	-	-	7.964	-	(32.741)
	<u>4.317.301</u>	<u>1.072.848</u>	<u>317.411</u>	<u>77.481</u>	<u>(5.050)</u>	<u>(321.296)</u>	<u>(265.700)</u>	<u>7.964</u>	<u>13.752</u>	<u>5.214.711</u>

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18.2 - Parcelas de longo prazo dos empréstimos, financiamentos e debêntures

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Dois anos	1.011.902	1.039.519
Três anos	596.324	944.861
Quatro anos	692.120	543.114
Cinco anos	1.187.142	622.752
Acima de cinco anos	584.085	824.270
	<u>4.071.573</u>	<u>3.974.516</u>

18.3 - Garantias

A Companhia concedeu garantias para parte de seus financiamentos, conforme indicado no quadro abaixo:

	<u>31/12/2018</u>	<u>Garantias</u>
VLI Multimodal		
FINAME ano 2012	106.256	Fiança bancária
FINAME anos 2013 a 2018	956.269	Alienação fiduciária de equipamentos
FINEM	885.216	Cessão fiduciária de direitos creditórios e alienação fiduciária de equipamentos
	<u>1.947.741</u>	

As garantias cobrem a totalidade dos saldos remanescentes dos financiamentos listados acima.

Avais, fianças e cartas de crédito

A VLI S.A. é avalista de parte significativa do endividamento da Companhia.

No contexto das companhias pertencentes ao Grupo VLI, as cartas fianças contratadas junto às instituições financeiras estão relacionadas aos processos judiciais cíveis, fiscais, trabalhistas e tributárias, além de contratos comerciais e de empréstimos e financiamentos. As cartas de crédito estão relacionadas à pagamentos à fornecedores no exterior.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Cartas fiança	145.808	391.262
Cartas de crédito	-	26.937
	<u>145.808</u>	<u>418.199</u>

A exposição das cartas de fiança na Companhia no exercício findo em 2018 monta em R\$ 108.540 (2017 – R\$ 181.162).

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18.4 - Linhas de crédito não utilizadas

Em 31 de dezembro de 2018 A Companhia possuía as seguintes linhas de crédito contratadas e não desembolsadas:

	Data da abertura	Prazo de utilização	Montante total	Montante disponível em 31/12/2018
VLI Multimodal				
FINEM (i)	Dezembro 2015	21 meses	587.814	2.924
FINEM	Dezembro 2016	6 anos	702.886	433.574
FINEM	Março 2018	1,5 anos	84.004	20.223
FINEM	Agosto 2018	1,5 anos	40.616	2.382
FINAME	Dezembro 2018	2 anos	23.289	23.289
Linha de crédito rotativo	Novembro 2018	3 anos	193.740	193.740
Linha de crédito rotativo	Dezembro 2017	4 anos	325.000	325.000
			1.957.349	1.001.132

(i) Saldo do subcrédito Social. Utilização do crédito a partir da data de aprovação do projeto pelo BNDES.

18.5 - Covenants

A Companhia, possui em alguns contratos de dívidas os seguintes *covenants* financeiros com obrigação de medição semestral, nos meses de junho e dezembro apurados através das demonstrações financeiras consolidadas da VLI S.A.:

- dívida líquida / EBITDA (LAJIDA – Lucro antes do resultado financeiro, depreciação e amortização e outras despesas e receitas não operacionais) e;
- patrimônio líquido / ativo total.

Não foi identificado nenhum evento de não conformidade destes *covenants* em 31 de dezembro de 2018.

19 - Tributos a recolher e tributos a recolher sobre o lucro

	31/12/2018	31/12/2017
Tributos a recolher		
ICMS	3.127	4.545
Imposto de renda retido na fonte	9.017	4.566
PIS e COFINS	2.353	3.822
ISS	6.159	7.937
Outros	832	-
	21.488	20.870
Tributos a recolher sobre o lucro		
Tributos a recolher sobre o lucro	-	18.848
	-	18.848

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 - Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Salários e encargos	5.691	12.483
Provisão para férias e 13º salário	14.080	8.962
Benefícios trabalhistas	2.895	2.511
Participação nos resultados	23.768	26.638
Outros	-	2
	<u>46.434</u>	<u>50.596</u>

21 - Dividendos propostos

Os dividendos foram constituídos conforme previsto no estatuto social da Companhia, que definiu uma remuneração mínima de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

As propostas da administração para distribuição dos resultados dos exercícios foram a seguintes:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro líquido do exercício	418.589	311.809
Reserva legal - 5%	(20.929)	(15.590)
Reserva de incentivo fiscal	-	(559)
Base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório	<u>397.660</u>	<u>295.660</u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	99.414	73.915
Dividendos 2015/2016 – ainda não pagos	100.267	100.267
Dividendos mínimos propostos a pagar	<u>199.681</u>	<u>174.182</u>

22 - Adiantamentos para futuro aumento de capital

Estes adiantamentos foram concedidos em caráter irrevogável e sem vencimento específico, sendo capitalizados à medida que são aprovados em assembleia geral dos acionistas. A quantidade de ações emitidas em decorrência da capitalização dos AFACs é determinada no momento da aprovação do aumento de capital pelos acionistas, não sendo, portanto, fixadas no momento da concessão dos mesmos. Estes valores foram tratados como instrumento financeiro. Em 31 de dezembro de 2018 – R\$ 500.000.

Em 2017, o montante de R\$ 79.978 trata-se dos recursos repassados para a controlada direta FCA.

23 - Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social da Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 8.238.854), representado por 380.101.007.254 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

<u>Acionistas</u>	<u>Capital social em R\$</u>	<u>Ações ordinárias</u>	<u>Participação %</u>
VLI Participações S.A.	0,01	1	0,0%
VLI S.A.	8.238.854.486,75	380.101.007.253	100,0%
	8.238.854.486,76	380.101.007.254	100,0%

(b) Ajustes de avaliação patrimonial

Em 19 de janeiro de 2000, a Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - Valia e a VLI Multimodal S.A., celebraram com interveniência da Vale S.A., um contrato de opção de compra e venda de ações da Ferrovia Centro Atlântica S.A. Em 17 de fevereiro de 2012 a VLI Multimodal S.A. exerceu sua opção de compra das ações.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, estes ajustes de avaliação patrimonial montam a R\$ 27.035, tendo sido ajustados em 2017 em R\$ 6.908 em decorrência do percentual de direito da VLI Multimodal S.A. sobre os dividendos do ano de 2012 e pagos ao minoritário na Ultrafértil S.A.

Em 31 de dezembro de 2018, R\$ 22.057 são referentes a perdas atuariais resultantes da variação no valor presente das obrigações de benefício definido da Controlada Ultrafértil, em razão de mudanças no equilíbrio do plano de previdência complementar.

(c) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva de expansão é destinada a cobrir o orçamento de capital tendo sido constituída com a finalidade de financiar os investimentos da Companhia.

A reserva de incentivos fiscais refere-se aos benefícios concedidos pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste até dezembro de 2024.

(d) Lucro básico e diluído por ação

Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias apuradas no exercício.

Cálculo da média ponderada das ações	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	418.589
(380.101.007.253 x 12/12)	380.101.007.253
Lucro líquido do exercício básico e diluído ação - R\$	0,0011
Cálculo da média ponderada das ações	31/12/2017
Lucro líquido do exercício	311.809
(380.101.007.253 x 12/12)	380.101.007.253
Lucro líquido do exercício básico e diluído por ação - R\$	0,00082

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 - Receitas líquida dos serviços prestados

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receita Bruta		
Receitas de transporte ferroviário e serviços acessórios	2.115.999	1.872.397
Receita de aluguel de locomotivas	23.330	-
Receitas de serviços portuários	675.276	857.983
	<u>2.814.605</u>	<u>2.730.380</u>
Descontos		
Descontos concedidos	-	(12.067)
	<u>-</u>	<u>(12.067)</u>
Impostos sobre serviços		
ISS	(43.339)	(40.148)
ICMS	(147.690)	(136.351)
PIS	(30.844)	(31.758)
COFINS	(142.074)	(146.282)
	<u>(363.947)</u>	<u>(354.539)</u>
Receita líquida dos serviços prestados	<u><u>2.450.658</u></u>	<u><u>2.363.774</u></u>

25 - Custo dos serviços prestados

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Pessoal	(94.393)	(91.446)
Material	(9.050)	(8.894)
Combustíveis	(2.388)	(955)
Serviços contratados	(91.012)	(83.651)
Partilha de frete	(1.989)	-
Serviços transportes ferroviários / portuários	(1.140.711)	(1.067.902)
Depreciação e amortização	(670.160)	(674.179)
Tributos e taxas	(2.551)	(5.942)
Alugueis	(184.722)	(177.865)
Seguros	(10.679)	(11.996)
Utilities	(5.306)	(4.389)
Viagens	(3.697)	(3.316)
Outros	(1.241)	(361)
Indenização por recomposição patrimonial (i)	52.258	-
	<u><u>(2.165.641)</u></u>	<u><u>(2.130.896)</u></u>

(i) Refere-se a indenização por recomposição patrimonial de parcela dos custos para atendimento de contratos no ano corrente.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26 - Receitas (despesas) operacionais

(a) Despesas com vendas

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Pessoal	(11.270)	(10.576)
Material	(9)	(8)
Serviços contratados	(1.041)	(1.172)
Aluguéis	(97)	(66)
<i>Utilities</i>	(33)	(39)
Viagens	(721)	(664)
Outros	(284)	-
	<u>(13.455)</u>	<u>(12.525)</u>

(b) Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Pessoal	(85.687)	(85.318)
Material	(358)	(321)
Combustíveis	(20)	(18)
Serviços contratados	(37.103)	(30.293)
Compartilhamento de gastos (i)	(20.575)	(12.153)
Depreciação e amortização	(29.004)	(6.662)
Tributos e taxas	(898)	(303)
Aluguéis	(2.576)	(1.337)
<i>Utilities</i>	(270)	(515)
Viagens	(4.289)	(3.957)
Outros	(4.639)	-
	<u>(185.419)</u>	<u>(140.877)</u>

(i) Em 30 de dezembro 2011, considerando que a Companhia é controlada direta da VLI S.A. foi celebrado entre as partes um acordo de cooperação para compartilhamento de custos para a realização de atividades administrativas nas áreas comercial, financeira e planejamento, administrativa, gestão integrada, jurídica, regulatório, comunicação e RH.

O critério para o compartilhamento de tais custos e despesas é determinado em virtude da especificidade de cada uma das áreas envolvidas, levando-se em consideração (i) a natureza e os custos das atividades desenvolvidas pelas áreas compartilhadas ou (ii) a proporção da Companhia no somatório das receitas entre ele e sua controladora. O prazo de vigência do referido acordo é até 2027.

(c) Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Outras receitas operacionais		
Venda de materiais	33.363	27.378
Venda de ativos	9.750	-
Compartilhamento de despesas	88.633	73.911
Recuperação de despesas (ii)	61.944	55.226
<i>Take or pay</i> (i)	37.865	153.800
Multas contratuais	8.426	-
Indenizações de clientes	1.323	15.027
Ganhos na aquisição de participação societária	27.675	-
Alugueis	368	11.949
Outros	5.783	7.502
	<u>275.130</u>	<u>344.793</u>

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Outras despesas operacionais		
Tributárias	(13.228)	(19.024)
Baixa de ativos	(1.533)	(2.252)
Custo com venda de materiais	(1.059)	(450)
Perda de recebíveis	(3.837)	(4.618)
Pesquisa e desenvolvimento	(9.732)	(8.385)
Take or pay (i)	(19.858)	-
Multas contratuais	-	(2.969)
Outras operacionais	(18.971)	(35.823)
Processos judiciais	(2.706)	(1.664)
Indenizações	(3.449)	(23.834)
Provisão para processos judiciais	(492)	(125)
Cancelamento de vendas	-	(5)
	<u>(74.865)</u>	<u>(99.149)</u>
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u><u>200.265</u></u>	<u><u>245.644</u></u>

- (i) Conforme cláusulas de penalidades se ocorrer descumprimentos nos quantitativos de volumes, constantes do contrato de transporte ferroviário de cargas, as partes envolvidas estarão sujeitas ao pagamento de bônus e multas compensatórias (*Take or Pay*).
- (ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, contempla R\$ 24,6 milhões de créditos referentes ao ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS dos períodos de 2002 a 2017 e reconhecidos em função de ter a jurisprudência pacificado o entendimento pela inconstitucionalidade da abrangência no imposto estadual no conceito de receita.

27 - Resultado financeiro

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receitas financeiras		
Aplicação mercado financeiro	64.413	38.149
Juros, taxa e multas de mora	4.688	3.912
Receita financeira - derivativos (i)	71.493	-
Marcação a mercado - objeto de <i>hedge</i> (i)	-	1.895
Outras	2.227	-
	<u>142.821</u>	<u>43.956</u>

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Despesas financeiras		
Despesas com IOF	(2.088)	(286)
Despesas com seguro garantia	(1)	(65)
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos (i)	(317.410)	(271.326)
Encargos com custo de transação de empréstimos e financiamentos	(7.964)	(6.361)
Encargos por atraso	(531)	(122)
Imposto de renda sobre juros no exterior	(3.905)	-
Despesas com PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(3.669)	(2.295)
Despesas com comissão de fiança	(1.558)	(2.653)
Juros, taxas e multas	(253)	(1.472)
Despesas financeiras - derivativos (i)	(11.243)	(4.998)
Marcação a mercado - objeto de <i>hedge</i> (i)	(13.752)	-
Ajuste a valor presente – contas a pagar	(521)	(26)
Estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa	(935)	-
Outras	(108)	(399)
	<u>(363.938)</u>	<u>(290.003)</u>
Ganhos (perdas) com variação monetária e cambial (i)(ii)	<u>(68.810)</u>	<u>6.638</u>
	<u>(68.810)</u>	<u>6.638</u>
Resultado financeiro	<u>(289.927)</u>	<u>(239.409)</u>

- (i) O resultado líquido da operação de *hedge accounting* no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi uma perda de R\$ 50.152, composto por despesas de variação cambial de R\$ 73.742, despesas de marcação a mercado do objeto de *hedge* de R\$ 13.752, despesas de juros de R\$ 22.908 e receitas líquidas de derivativos de R\$ 60.250.
- (ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, contempla R\$ 10,2 milhões referente aos ganhos financeiros oriundos dos registro de créditos tributários explicitado nas Notas 9 e 26(c).

28 - Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

(a) Tributos diferidos sobre lucro

A Companhia efetua o reconhecimento do imposto diferido baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, nos prejuízos fiscais apurados e na base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro, na medida em que forem consideradas prováveis suas realizações contra resultados tributáveis futuros.

Composição dos tributos diferidos ativos:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Imposto de renda		
Provisão para devedores duvidosos	4.429	3.853
Provisão para processos judiciais	151	28
Ajuste a valor presente	3.569	-
Outras	7.921	8.110
Prejuízo fiscal	21.397	-
	<u>37.467</u>	<u>11.991</u>

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Contribuição social		
Provisão para devedores duvidosos	1.594	1.387
Provisão para processos judiciais	54	10
Ajuste a valor presente	1.285	-
Outras	2.851	2.919
Base negativa	<u>7.704</u>	<u>-</u>
	13.487	4.316
Créditos fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos	<u>50.954</u>	<u>16.307</u>
Prejuízo fiscal para imposto de renda	85.589	-
Base negativa da contribuição social	85.589	-

A expectativa de realização dos créditos ocorrerá da seguinte forma:

Ano	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
2018	-	16.307
2019	15.626	-
2020	6.228	-
2023	1.660	-
2024	8.091	-
2025	<u>19.349</u>	<u>-</u>
	50.954	16.307

Composição dos tributos diferidos passivos:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Imposto de renda		
Derivativos – <i>swap</i> – instrumento de <i>hedge</i>	(19.122)	-
Realização fiscal <i>backlog</i> de clientes (Nota 1(a))	<u>(6.376)</u>	<u>-</u>
	(25.498)	-
Contribuição social		
Derivativos – <i>swap</i> – instrumento de <i>hedge</i>	(6.884)	-
Realização fiscal <i>backlog</i> de clientes (Nota 1(a))	<u>(2.295)</u>	<u>-</u>
	(9.179)	-
Débitos fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos	<u>(34.677)</u>	<u>-</u>
Créditos (débitos) fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos, líquidos	16.277	16.307

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A expectativa de realização dos débitos, ocorrerá da seguinte forma:

Ano	31/12/2018	31/12/2017
2019	(1.734)	-
2020	(11.923)	-
2021	(1.734)	-
2022	(1.734)	-
2023	(17.552)	-
	(34.677)	-

(b) Reconciliação das despesas do imposto de renda e da contribuição social

	2018		2017	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	418.619	418.619	343.917	343.917
Adições (exclusões) permanentes:				
Multas não dedutíveis	8	8	-	-
Despesas não dedutíveis	1.120	1.120	5.679	5.679
Equivalência patrimonial	(423.508)	(423.508)	(261.733)	(261.733)
Outras	3.851	3.851	39	39
Adições (exclusões) temporárias:				
(Reversão) constituição da provisão para processos judiciais	492	492	110	110
(Reversão) constituição da provisão de participação nos Resultados	(2.870)	(2.870)	26.638	26.638
(Reversão) constituição de outras provisões	2.114	2.114	(2.863)	(2.863)
Marcação a mercado de instrumento de <i>hedge</i>	(76.491)	(76.491)	-	-
Realização fiscal ágio por aquisição	(25.503)	(25.503)	-	-
Ajuste a valor presente	14.274	14.274	-	-
Constituição (reversão) da provisão de perdas de créditos, líquida	2.305	2.305	8.735	8.735
Base de cálculo	(85.589)	(85.589)	120.522	120.522
Prejuízo e base negativa do exercício	85.589	85.589	-	-
Lucro real após prejuízo fiscal	-	-	120.522	120.522
Imposto de renda (25%) e contribuição social (9%)	-	-	(30.107)	(10.847)
Programa de alimentação do trabalhador (PAT)	-	-	723	-
Despesa corrente de imposto de renda e contribuição social	-	-	(29.384)	(10.847)
Incentivos fiscais	-	-	559	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(22)	(8)	5.562	2.002
Total da despesa de impostos das atividades	(22)	(8)	(23.263)	(8.845)
Alíquota efetiva total	0,01%	0,0%	6,76%	2,57%

29 - Informação por segmento de negócios

Considerando que as atividades da Companhia apresentam características econômicas e financeiras similares e visando a adequada avaliação dos efeitos financeiros e dos ambientes econômicos e regulatórios onde atua, a administração da Companhia toma suas decisões e avalia regularmente o

desempenho de seus produtos e serviços a partir do agrupamento de suas atividades em um único segmento.

A unificação dos segmentos foi validada com base nos seguintes aspectos:

- A geração de caixa de suas atividades é decorrente das atividades de prestação de serviços de transportes de cargas.
- A metodologia aplicada na prestação de serviços de transportes de cargas é idêntica para todos os clientes, independentemente da categoria.

30 - Benefícios a empregados

30.1 - Incentivos de longo prazo

O programa de incentivo de longo prazo das empresas FNS, FCA, VLI, Ultrafértil e VLI Multimodal S.A. (em conjunto, "Grupo VLI") tem como principal premissa aumentar a capacidade de atração e retenção dos nossos executivos. A duração do programa (ciclo) é de três anos, sendo que o último iniciou-se em março de 2018, podendo ser estendido por mais três anos, se o executivo optar por aguardar pela valorização da Companhia neste período.

A implementação deste programa não obriga a VLI a realizá-lo nos próximos anos, ou em qualquer outro formato semelhante, ficando reservada à Companhia a prerrogativa de analisar e decidir pela eventual implementação de premiações iguais ou semelhantes no futuro.

O executivo, ao aderir ao programa, deverá escolher a opção de investimento, em número de salários, específica para o seu nível hierárquico. O valor investido pelo executivo e a contrapartida efetuada pela Companhia, em percentual conforme a opção de investimento, são convertidos em ações virtuais denominadas de UVVs ("unidades de valor virtual"). A valoração das UVVs se dará a partir do crescimento do plano de negócios do Grupo VLI. A mensuração do valor da UVV se dará sempre ao final de cada ciclo contábil, considerando o período de validade do plano.

Durante o período de vigência do ciclo, os participantes não incorrerão em nenhuma despesa de administração.

Em 31 de dezembro de 2018, os incentivos de longo prazo montam a R\$ 57.554 (2017 - R\$ 51.560).

30.2 - Planos de Previdência Privada

A Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social ("Valia"), entidade jurídica de fins não lucrativos, instituída em 1973, tem por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados que participam ou venham a participar do plano. Os planos oferecidos pela Valia (Valiaprev e Vale Mais) têm características de contribuição variável, contemplando a renda de aposentadoria programada e os benefícios de risco (pensão por morte, aposentadoria por invalidez e auxílio doença).

Os planos foram elaborados tendo por base os mais modernos conceitos no âmbito da previdência complementar de benefícios programáveis, que são do tipo contribuição definida desvinculados da concessão de benefícios da Previdência Social. Contempla também o benefício diferido por desligamento ("Vesting"), que permite ao participante manter-se vinculado ao plano sem que sejam necessárias contribuições futuras, além dos chamados benefícios de risco (aposentadoria por invalidez e pensão por morte).

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Outra vantagem é, em caso de desligamento da Fundação, a devolução da totalidade das contribuições do participante e até 80% das contribuições da patrocinadora, acrescidas da rentabilidade dos investimentos. Este plano foi implementado em outubro de 2000 e para ele migraram quase todos os empregados então ativos da Companhia.

As contribuições da Companhia para o plano de benefícios da Vale Mais, são como seguem:

- Contribuição ordinária - Destina-se à acumulação dos recursos necessários à concessão dos benefícios de renda, é idêntica à contribuição dos participantes e limita-se a 9% dos seus salários de participação, no que exceder a dez unidades de referência do plano.
- Contribuição extraordinária - Pode ser realizada a qualquer tempo, a critério das patrocinadoras.
- Contribuição normal - Para custeio do plano de risco e das despesas administrativas, fixadas pelo atuário quando da elaboração das avaliações atuariais.
- Contribuição especial - Destinada a cobrir qualquer compromisso especial porventura existente.

(a) Contribuições

Os desembolsos relacionados às contribuições plano de contribuição variável Vale Mais, no período findo em 31 de dezembro de 2018, totalizaram R\$ 5.407 (2017 - R\$ 4.607).

A Companhia não registrou em seu balanço patrimonial nenhum ativo decorrente de avaliações atuariais anteriores, por não haver, claramente, evidência de probabilidade de sua realização.

A Companhia é participante e responsável pela cobertura proporcional de qualquer insuficiência nas reservas técnicas da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA. Não foram apuradas contribuições para formação de reservas técnicas a serem efetuadas pela Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

(b) Principais premissas atuariais

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, etc. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação.

As hipóteses atuariais econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. Portanto, a curto prazo, elas podem não ser necessariamente realizadas.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Reconciliação do valor líquido de passivo (ativo) - VLI		
1. Valor líquido do passivo / (ativo) de benefício definido no final do ano anterior	(57.227)	(28.224)
2. Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	(5.214)	(2.535)
3. Resultado obrigação do benefício definido	(8.312)	(22.315)
4. Contribuição patrocinadora / pago pela empresa	<u>(4.345)</u>	<u>(4.153)</u>
6. Valor líquido do passivo / (ativo) no final do ano	<u>(75.098)</u>	<u>(57.227)</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Principais premissas atuariais

Média ponderada das premissas para determinar a obrigação de benefício definido

1. Taxa nominal de desconto	9,24%	9,84%
2. Taxa nominal de crescimento salarial	6,20%	8,34%
3. Taxa de inflação estimada no longo prazo	4,12%	4,25%
4. Taxa nominal de reajuste de benefícios	4,12%	4,25%

Média ponderada de premissas para determinar o custo / (receita) do benefício definido

1. Taxa nominal de desconto	9,64%	12,26%
2. Taxa nominal de crescimento salarial	6,34%	8,12%
3. Taxa de inflação estimada no longo prazo	4,25%	6,00%
4. Taxa nominal de reajuste de benefícios	4,25%	6,00%
5. Tábua de mortalidade	AT-2000 Basic – Suav. 10%	AT-2000 Basic

Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos

1. Aposentadoria hoje (idade atual 65 anos)	20,4468	19,5457
2. Aposentadoria daqui a 25 anos (idade atual 40 anos)	42,6958	41,5925

31 - Instrumentos financeiros

31.1 - Gerenciamento dos riscos financeiros

Abordagem de mercado

Técnica de avaliação que utiliza preços e outras informações relevantes geradas por transações de mercado envolvendo ativos, passivos ou grupo de ativos e passivos idênticos ou comparáveis (ou seja, similares), como, por exemplo, um negócio.

Fatores de riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõe a riscos financeiros de mercado, (incluindo o risco de preço e risco de taxa de juros de fluxo de caixa) risco de crédito, operacional e risco de liquidez.

(a) Risco de mercado

(i) Risco de preço e demanda

Considerando a natureza dos negócios e operações da VMM, os principais fatores de risco de mercado aos quais a Companhia está exposta são preços de produtos, insumos e outros custos, bem como fatores climáticos relativos aos impactos nas safras.

O aumento dos custos de produção, de transporte e queda do preço das commodities transportadas podem influenciar a competitividade brasileira no mercado mundial. Da mesma forma, a variação nos fatores climáticos podem impactar negativamente o resultado de safras da agroindústria e consequentemente impactando em grande quantidade o volume de demanda dos clientes.

(ii) Risco cambial

Esse risco decorre de a possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio que aumentem valores relacionados às importações de estoque, imobilizado e suas captações de empréstimos no exterior.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía exposições denominadas em moedas estrangeiras oriundas das importações em andamento no montante de R\$ 353 (2017 - R\$ 1.259).

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Adicionalmente, a Companhia possui empréstimos indexados ao dólar (Nota 18). Esses instrumentos foram protegidos da variação da taxa de câmbio por meio de instrumentos derivativos (*swap*), trocando a variação da taxa de câmbio e sua remuneração contratual por juros indexados a percentuais do CDI. A contratação e o gerenciamento do instrumento de *swap* foram feitos através de análise para proteção do risco cambial. A política financeira da Companhia veda a contratação de qualquer derivativo para fins de especulação.

Os derivativos são classificados como ativo ou passivo circulante. O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por *hedge* for superior a 12 meses.

O valor justo do instrumento de *swap* em aberto é o seguinte:

	<u>Indexadores</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ativo - ponta ativa	USD + 2,8688% a USD + 3,9385%	981.161	323.218
Passivo - ponta passiva	(109,9% CDI a 111,7% CDI - Swap)	(909.668)	(328.216)
Total de instrumentos contratados		71.493	(4.998)

USD milhares	<u>31/12/2018</u>	<u>Contratação</u>	<u>Vencimento</u>
Ponta ativa <i>swap</i> – Tranche 1	96.675	14/12/2017	14/12/2020
Empréstimos no exterior – Tranche 1	(96.675)	14/12/2017	14/12/2020
Ponta ativa <i>swap</i> – Tranche 2	100.000	06/06/2018	06/06/2023
Empréstimos no exterior – Tranche 2	(100.000)	06/06/2018	06/06/2023
Ponta ativa <i>swap</i> – Tranche 3	50.000	27/06/2018	27/06/2023
Empréstimos no exterior – Tranche 3	(50.000)	27/06/2018	27/06/2023
Saldo – Exposição cambial	-		

Desta forma, as eventuais perdas por variações cambiais decorrentes deste empréstimo são mitigadas pelos efeitos do *hedge*.

(iii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Exceto pelas aplicações financeiras da Companhia (Nota 5); cessão de recebíveis por fornecedores sacado (Nota 17); contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures da VLI Multimodal (Nota 18); não há ativos ou passivos significativos com incidência de juros.

O resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

Análise de sensibilidade das variações nas taxas de juros

Ativos financeiros

Análise de sensibilidade elaborada sobre receita financeira gerada por investimentos, rentabilizados pelo indexador CDI.

O cenário I considera uma diminuição de 10% sobre a taxa de juros média aplicável à parte flutuante do rendimento atual. Os cenários II e III foram calculados com deterioração de 20% e 35%, respectivamente, sobre o valor destas taxas em 31 de dezembro de 2018.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31/12/2018				
Indexador	Taxas ao final do exercício	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI	6,40%	5,76%	5,12%	4,16%
	31/12/2018	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Receita de aplicações financeiras	64.413	57.972	51.530	41.868

Passivos financeiros

Análise de sensibilidade elaborada sobre empréstimos, financiamentos e debêntures em aberto no final do período, com risco vinculado a indexadores pós-fixados (CDI, TJLP, IPCA e TR). Financiamentos com juros pré-fixados não fazem parte desta análise.

O cenário I considera um aumento de 10% sobre a taxa de juros média aplicável à parte flutuante de sua dívida atual. Os cenários II e III foram calculados com aumento de 20% e 35%, respectivamente, sobre o valor destas taxas em 31 de dezembro de 2018.

31/12/2018				
Indexador	Taxas ao final do exercício	Cenário I	Cenário II	Cenário III
TJLP	6,98%	7,68%	8,38%	9,42%
TR	0,00%	0,10%	0,20%	0,35%
IPCA	3,75%	4,13%	4,50%	5,06%
CDI	6,40%	7,04%	7,68%	8,64%
	31/12/2018	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Encargos Financeiros - TJLP		18.656	20.522	22.388
Encargos Financeiros - TR		3.295	3.624	3.954
Encargos Financeiros - IPCA		7.263	7.990	8.716
Encargos Financeiros - CDI		31.400	34.540	37.680
				42.390

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de depósitos e aplicações em instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber de clientes em aberto.

As atividades da Companhia compreendem a prestação de serviços logísticos integrados, através de terminais rodo ferroviários, ferrovias e terminais portuários.

Ativo	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa (i)	1.350.656	1.195.459
Contas a receber de terceiros (ii)	370.762	297.260
Contas a receber de partes relacionadas (ii)	40.522	27.437
Outros ativos financeiros (i)	71.493	31
Demais ativos e sinistros a recuperar	67.698	53.547
	1.901.131	1.573.734

- (i) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor limite para aplicações financeiras em cada instituição financeira será determinado em função do *rating* e patrimônio líquido. Os limites são definidos conforme política financeira consolidada do Grupo VLI, sendo conforme tabela abaixo:

Limite Máximo Consolidado

1. Classificação de risco para aplicações em Reais	2. Limite máximo de alocação do caixa por instituição financeira	3. Limite máximo de alocação do caixa por valor de patrimônio líquido da instituição financeira
Acima de brAA	45%	10%
Entre brAA- e brAA	30%	10%
Entre brA e brA+	20%	5%
brA-	5%	5%

- A coluna (1) tem como referências informações das agências de rating S&P, Moody's e Fitch.
- Os limites das colunas (2) e (3) devem ser atendidos simultaneamente.
- A coluna (3) indica o percentual máximo de concentração em única instituição financeira.

(ii) O principal fator de risco de mercado que afeta o negócio é a concessão de crédito aos clientes. Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência, é adotada uma política de gestão na concessão de crédito, consistindo em análises do perfil dos clientes. Também deve ser destacado que a prestação de serviços, pelas características dos produtos transportados e dispersão de clientes, não apresenta concentrações relevantes, existindo natural diluição de riscos de realização de contas a receber com consequente minimização de perdas individuais.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia constituiu provisão para cobrir eventuais perdas com contas a receber no montante de R\$ 17.717 (2017 - R\$ 15.412). A metodologia adotada para constituir a estimativa de perdas para liquidação duvidosa está de acordo com o IFRS 9 citado na base de preparação e principais políticas (Nota 3).

(c) Risco de liquidez

O risco de liquidez surge de a possibilidade da companhia não poder cumprir com as obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

O quadro abaixo demonstra o vencimento dos passivos financeiros contratados pela Companhia, no balanço consolidado, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros futuros incidentes nas operações, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 31 de dezembro de 2018:

	2019	2020	2021	2022	2023	2024 em diante	Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.149.867	1.000.598	589.663	684.388	1.173.880	577.561	5.175.957

O acompanhamento da política de gestão dos ativos e passivos financeiros da Companhia é feito sistematicamente pelo Conselho de Administração. A administração desses recursos é efetuada por meio de estratégias operacionais visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política envolve uma análise criteriosa das contrapartes da Companhia por meio da análise das demonstrações financeiras, patrimônio líquido e "*rating*" visando auxiliar a Companhia a manter a liquidez desejada, a definir nível de concentração de suas operações, a controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro e a pulverizar o risco de liquidez.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estão classificados no passivo circulante e não circulante considerando os prazos de vencimento.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.214.711	4.317.301
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(1.350.656)</u>	<u>(1.195.459)</u>
Dívida líquida	<u>3.864.055</u>	<u>3.121.842</u>
	<u>74,09%</u>	<u>72,31%</u>

(d) Risco operacional

A VLI S.A. possui programa de gerenciamento de riscos, que proporciona cobertura e proteção para os seus ativos, bem como para possíveis perdas com interrupção de produção, através de apólices do tipo *All Risks*.

<u>Modalidade</u>	<u>Cobertura</u>	<u>Valores em milhares</u>
Responsabilidade civil operador portuário	<i>All risk</i>	R\$ 50.000
Riscos operacionais	<i>All risk</i>	R\$ 300.000
Transporte internacional e importação	<i>All risk</i>	USD 8.000
Vida em grupo	Empregados, cônjuges e filhos	24 x Salário Base
Vida em grupo	Estagiários	R\$ 13
Riscos ambientais	<i>All risk</i>	R\$ 50.000
EPL – Práticas trabalhistas indevidas	<i>All risk</i>	R\$ 10.000

(e) Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. As origens e fontes de recursos se baseiam em recursos dos acionistas e de terceiros.

O passivo líquido de caixa e equivalentes de caixa, em relação ao patrimônio líquido no final do período é apresentado a seguir. O indicador atual demonstra que as atividades são mantidas preponderantemente com os recursos provenientes de seus acionistas.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Total passivo	5.921.581	4.866.746
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(1.350.656)</u>	<u>(1.195.459)</u>
	<u>4.570.925</u>	<u>3.671.287</u>
Patrimônio líquido	<u>9.155.880</u>	<u>8.858.762</u>
	<u>49,92%</u>	<u>41,44%</u>

31.2 - Estimativa de valor justo

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Companhia não possuía instrumentos financeiros cujo valor justo tenha sido mensurado pelo nível 1 e 3.

Informações (inputs) de Nível 1

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Informações (inputs) de Nível 2

Informações (inputs) que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Informações (inputs) de Nível 3

Dados não observáveis para o ativo ou passivo.

Instrumentos financeiros por categoria e valor justo

Os instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estão relacionados abaixo, cujos valores contábeis aproximam-se dos correspondentes valores de realização e valor justo.

Ativo	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	Hierarquia
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	1.350.656	1.195.459	1.350.656	1.195.459	Nível 2
Contas a receber de terceiros	370.762	281.848	297.260	281.848	Nível 2
Contas a receber de partes relacionadas	40.522	27.437	40.522	27.437	Nível 2
Adiantamento para futuro aumento de capital	500.000	79.978	500.000	79.978	Nível 2
Dividendos a receber	72.806	57.118	72.806	57.118	Nível 2
Demais ativos e sinistros a recuperar	67.698	53.547	67.698	53.547	Nível 2
	2.402.444	1.695.387	2.402.444	1.695.387	
Valor justo					
Outros ativos financeiros	71.493	31	71.493	31	Nível 2
	71.493	31	71.493	31	
Passivo					
Custo amortizado					
Fornecedores - terceiros	159.045	129.044	159.045	129.044	Nível 2
Contas a pagar	27.680	2.964	27.680	2.964	Nível 2
Fornecedores - partes relacionadas	110.955	85.002	110.955	85.002	Nível 2
Dividendos a pagar	199.681	174.182	199.681	174.182	Nível 2
Empréstimos e financiamentos	3.769.384	3.861.529	3.769.384	3.861.529	Nível 2
Debêntures	476.032	455.772	476.032	455.772	Nível 2
	4.742.777	4.708.493	4.742.777	4.708.493	
Valor justo					
Empréstimos no exterior	969.295	-	969.295	-	Nível 2
Outros passivos financeiros	-	4.998	-	4.998	Nível 2
	969.295	4.998	969.295	4.998	

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Administração e Diretores

Diretoria

Marcello Magistrini Spinelli
Diretor Presidente

Marcus Vinícius de Faria Penteado
Diretor

Fabiano Bodanezi Lorenzi
Diretor

Rodrigo Saba Ruggiero
Diretor

Gustavo Serrão Chaves
Diretor

Márcia Mara Chaves Resende
Gerente de Contabilidade - CRC-MG 078483/O-8

Honorio Elias de Araujo
Contador - CRC-MG 076836/O-0